



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

ROGER RÔMULO MONTEIRO DE MEDEIROS

**A ESPACIALIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE EM
TEXTOS LITERÁRIOS**

FORTALEZA

2018

ROGER RÔMULO MONTEIRO DE MEDEIROS

A ESPACIALIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE EM TEXTOS
LITERÁRIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística. Linha de pesquisa: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M44e Medeiros, Roger Rômulo Monteiro de.
A espacialização e a construção da subjetividade em textos literários / Roger Rômulo Monteiro de Medeiros. – 2018.
91 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite.
1. espaço. 2. enunciação. 3. espacialização. 4. afetividade . 5. literatura lusófona. I. Título.
- CDD 410
-

ROGER RÔMULO MONTEIRO DE MEDEIROS

A ESPACIALIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE EM TEXTOS
LITERÁRIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística. Linha de pesquisa: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Leite de Oliveira Junior
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alexandre Marcelo Bueno
Universidade de Franca (UNIFRAN)

A Deus.

Aos meus pais, Maria Sônia e Antônio

Rogério.

A George Ronan (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Ao Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite, pela excelente orientação e parceria.

Aos professores participantes da banca examinadora José Leite de Oliveira Junior e Alexandre Marcelo Bueno pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas do SEMIOCE, em especial os amigos Carmem Silvia, Henrique Bonfim e Paulo Jefferson e aos professores José Américo Saraiva e Ana Carolina Lindenberg Lemos, pelos ensinamentos e pelo convívio engrandecedor.

Aos colegas da turma de mestrado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

A Artur Thomaz Lima pelo incondicional apoio e pela companhia.

Aos escudeiros Glaísa Rocha e Artur Dória pelas lições e pelos momentos vividos.

Aos amigos e familiares pela crença no meu crescimento e pela aposta no meu sucesso.

“Não se encontra o espaço, é preciso
construí-lo sempre.” Bachelard

RESUMO

A espacialização representa na gramática do nível discursivo do Percorso Gerativo do Sentido, formulado por A. J. Greimas, o processo pelo qual a enunciação estabelece as coordenadas espaciais do discurso, por meio dos mecanismos de deabragem e de embreagem espaciais e dos encadeamentos figurativos espaciais. Essa articulação do espaço permite que sejam gerados, no nosso caso, no interior do texto literário, diferentes efeitos de sentido, resultantes da manipulação tanto da dimensão inteligível quanto da dimensão sensível do discurso. Dessa forma, o objetivo do nosso trabalho é aprofundar o estudo da categoria enunciativa do espaço para além dos efeitos de localização e de programação espaciais para relacionar a construção do espaço à construção de um simulacro discursivo da subjetividade, a partir do qual são depreendidos, por meio dos mecanismos da espacialização, os estados de alma que afetam o sujeito do discurso. Aqui mostramos, pela análise de trechos de obras escritas em língua portuguesa, que as operações enunciativas de debreagem e embreagem espaciais, bem como os percursos isotópicos figurativo-temáticos depreendidos dos textos analisados, contribuem para a construção da dimensão afetiva do discurso. Utiliza-se como base teórica especialmente a Semiótica clássica e alguns elementos da semiótica tensiva, de Claude Zilberberg. Ao fim, concluímos que a espacialização cria um espaço subjetivante, isto é, que gera ou contribui para a construção de uma subjetividade depreendida a partir do discurso enunciado.

Palavras-chave: espaço, enunciação, espacialização, afetividade, literatura lusófona.

RESUMÉ

La spatialisation représente dans la grammaire du niveau discursif du Parcours génératif du Sens proposé par A. J. Greimas le procédé par lequel l'énonciation établit les coordonnées spatiales du discours, par les opérations de débrayage et embrayage et par les isotopies figuratives spatiales. Cette articulation de l'espace permet qu'ils soient générés, selon notre cas, à l'intérieur du texte littéraire, des différents effets de sens, résultat de la manipulation, à la fois, de la dimension intelligible et celle du sensible du discours. Donc, l'objectif de cette recherche est de approfondir l'étude de la catégorie énonciative de l'espace ailleurs les effets de localisation et de programmation spatiales dans le but de lier la construction de l'espace avec celle d'un simulé discursif de la subjectivité, à partir de laquelle on observe, à travers les mécanismes de spatialisation, les états d'âme qui affectent le sujet. Ici nous avons montré que, par l'analyse de texte de la littérature en langue portugaise, les opérations énonciatives spatiales, ainsi que les voies figuratives-thématiques empruntées aux textes analysés, contribuent à la construction de la dimension affective du discours. La base théorique se trouve en particulier chez la sémiotique classique et dans quelques éléments de la tensivité, de Claude Zilberberg. Finalement, nous concluons que la spatialisation crée un espace subjectif, c'est-à-dire qui génère ou contribue à la construction d'une subjectivité déduite de l'analyse du discours énoncé.

Mots-clés: espace, énonciation, spatialisation, affectivité, littérature en langue portugaise.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Da organização da espacialidade em <i>Os Lusíadas</i>	47
Figura 2 – O sistema de coordenadas espaciais codificadas pela língua portuguesa	50
Figura 3 – Esquema da manipulação Chico-Cordulina	68
Figura 4 – Topografia discursiva em <i>Tanto faz</i>	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Regime tensivo do espaço em <i>Tanto faz</i>	70
Gráfico 2 – Topografia tensiva em <i>Tanto faz</i>	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – As categorias de base da enunciação e suas oposições	43
Tabela 2 – Das isotopias de <i>O quinze</i>	66
Tabela 3 – Das axiologias do real e do imaginado	67
Tabela 4 – Aspectualização da espacialidade	75
Tabela 5 – Aspectualização da afetividade	75
Tabela 6 – Dos valores aplicados sobre as coordenadas espaciais	76
Tabela 7 – Da construção figurativa do espaço em <i>O fio e as missangas</i>	79

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CAPÍTULO I – DA DIVERSIDADE CONCEITUAL DO TERMO ESPAÇO	20
2.1.	O espaço nas ciências naturais	21
2.2.	O espaço na sociologia	24
2.3.	O espaço na fenomenologia de Merleau-Ponty	29
2.4.	O espaço na linguística	31
2.5.	Por uma abordagem semiótica do espaço	33
3	CAPÍTULO II – O ESPAÇO NA SEMIÓTICA	35
3.1.	As contribuições da semiótica sobre espaço	36
3.2.	Espaço e enunciação	41
3.3.	A espacialização	45
3.4.	Desenvolvimentos teóricos acerca do espaço e da subjetividade	50
3.4.1.	<i>Desenvolvimentos teóricos acerca do espaço e da subjetividade</i>	<i>52</i>
3.4.2.	<i>O sensível e o inteligível em semiótica</i>	<i>53</i>
3.4.3	<i>O efeito de aspectualização e as formas espaciais</i>	<i>57</i>
4.	CAPÍTULO III – DAS ANÁLISES	61
4.1.	Considerações metodológicas	61
4.2.	Análise dos textos	63
4.2.1.	<i>O sujeito obstinado entre o espaço pragmático e o espaço cognitivo em O quinze, de Rachel de Queiroz</i>	<i>63</i>
4.2.2.	<i>A espacialização e a organização sensível da realidade em Tanto Faz, de Reinaldo Moraes</i>	<i>68</i>
4.2.3.	<i>O espaço hermético e a solidão espacializada em O fio e as missangas, de Mia Couto</i>	<i>77</i>
4.2.4	<i>A localização espacial da identidade do sujeito em Os coxos dançam sozinhos, de José Prata</i>	<i>81</i>
5.	CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO	86
	REFERÊNCIAS	88

1. INTRODUÇÃO

A palavra “espaço” pode assumir, no discurso de diversas áreas do conhecimento, diferentes acepções que distinguem, por exemplo, o espaço tal como tratado pela mecânica clássica de Newton daquele discutido pela geografia de Milton Santos. Dessa forma, do ponto de vista científico, o trabalho de definir o espaço como uma categoria de análise demanda uma certa cautela que respeite os preceitos teóricos e metodológicos do campo de pesquisa visado.

Tomando, então, a semiótica discursiva como a nossa referência teórica de base, enxergamos o espaço como um objeto de sentido construído na e pela linguagem. Nesse escopo, o termo espaço designa também um dos componentes da enunciação, que representa, nesse quadro, uma espécie de instância (pressuposta pela existência do enunciado) de mediação entre o virtual e o realizado na linguagem.

Greimas, em parceria com outros estudiosos, desenvolveu uma teoria para análise de textos, segundo a qual, a construção de sentido de um discurso pode ser estruturada por meio de um aparelho formal da enunciação que prevê, entre outros procedimentos, a articulação do conteúdo a partir de um *eu-aqui-agora*, criado no ato enunciativo. Ao analisar o conteúdo de um texto, relacionam-se a pessoa, o tempo e o espaço gerados no enunciado com aqueles criados na enunciação, o que projeta, por meio dos procedimentos de *debreagem* e de *embreagem*, a(s) pessoa(s) do discurso e as coordenadas tempo-espaciais que localizam os objetos e os acontecimentos. Dessa maneira, o aparelho formal da semiótica discursiva organiza as estruturas que geram os efeitos de sentido verificados nos diversos textos.

Essas operações, por sua vez, integram a sintaxe de uma gramática discursiva, as quais, segundo Greimas, são responsáveis pela conversão em discurso das estruturas dos níveis fundamental e narrativo. Por outro lado, a teoria considera também uma semântica responsável pelos revestimentos temático-figurativos dessas estruturas. Formulada, assim, essa gramática do discurso, Greimas e Courtés (1979/2016) definiram a discursivização integrando o conceito de enunciação ao do percurso gerativo do sentido como o processo de conversão em discurso das estruturas semionarrativas por meio das projeções de uma pessoa, de um tempo e de um espaço.

O espaço encontra, então, seu lugar dentro do corpo de análise da semiótica, para o qual Greimas e Courtés formulam também o processo da *espacialização*, responsável

pelas projeções espaciais, as quais localizam os objetos em discurso e os programas narrativos e os organiza na topografia discursiva, e, pelos revestimentos figurativos, conferem concretude semântica a uma espacialidade.

Fiorin (2017), por seu turno, explora com exaustividade esses mecanismos da espacialização reconhecendo que, embora muitos trabalhos em semiótica tenham tratado do espaço, pouco se discutiu acerca de sua sintaxe discursiva, isto é, a relação que se estabelece entre os espaços criados na enunciação e no enunciado e suas projeções (p. 229). Contudo, a explanação do autor se restringe a um mapeamento das debreagens e embreagens espaciais sem o devido aprofundamento para explicação de efeitos sentidos no discurso, entres eles a construção de uma subjetividade.

Essa subjetividade, conforme Bertrand (2004), pode ser enxergada como um elemento essencial para constituição de diversos textos, sobretudo o literário. Contudo, o que aqui chamamos de subjetividade não diz respeito a um sujeito de carne e osso e histórico ao qual se faz referência em algumas tendências de análise discursiva, e sim a um sujeito gerado no discurso como um efeito de sentido cuja presença vai ganhando corpo conforme o andamento da análise e que agencia na amálgama discursiva os diferentes valores nela identificados. Ele não se encontra, então, no mundo real, mas surge na própria condução da análise do texto. Diante disso, procurou-se formular alguma representação formal da subjetividade instada nos diversos textos.

A *modalização* dos enunciados de fazer e de estado (GREIMAS, 1980/2014) mostra-se como uma forma de tratar dessa subjetividade descrevendo as pulsões e as forças que agem sobre as relações de junção entre os actantes sujeito e objeto do nível narrativo. Tal abordagem abriu caminho para investigar os estados de alma desse sujeito narrativo, o que, posteriormente, foi apresentado por Greimas e Fontanille (1993) sob o nome de *semiótica das paixões*. Segundo eles, esses estados de alma podem ser formalizados a partir de arranjos de verbos modais, a exemplo o *querer*, o qual pode ser lexicalizado sob a forma do desejo, como é mostrado na análise de trecho de *O quinze*, de Rachel de Queiroz (1930/2011). Por sua vez, esses arranjos modais do nível narrativo encontram sua forma discursivizada por meio da sintaxe e da semântica do nível discursivo. Logo, considerando que as *paixões* são subjacentes às formas discursivas, esse aspecto da subjetividade se constrói no andamento da análise das figuras, da pessoa, do tempo e do espaço do discurso.

Partindo desses conceitos, é possível empreender uma descrição dos estados de alma e das afetações sentidos no discurso, os quais podem ser interpretados como um dos aspectos da subjetividade que subjaz no texto.

Outro modo de pensar a subjetividade construída no discurso diz respeito à assunção de um ponto de vista no enunciado. No âmbito do texto literário, ao se falar de ponto de vista, visualiza-se, em geral, a figura do narrador, a partir do qual são apresentados os fatos de contos e romances, por exemplo. Contudo, a posição do narrador representa uma das muitas que podem ser assumidas no andamento de uma narrativa, ora o narrador pode se aproximar de um personagem, ora isentar-se da cena que narra, como ocorre no conto *O fio e as missangas*, de Mia Couto (2009).

Apenas a posição do narrador não dá conta do estabelecimento de um ponto de vista no discurso, de modo que é preciso, por orientação de Fiorin (2017), retomar as operações enunciativas que projetam no enunciado as instâncias da *enunciação*, da *narração* e da *interlocução* e que ordenam em cada uma a pessoa, o tempo e o espaço. Essa escolha metodológica permite, assim, observar os diferentes pontos de vista e o modo como são cambiáveis entre si no andamento discursivo.

Ainda, a subjetividade aqui tratada pode ser formalmente formulada em termos de uma tensão, conforme Zilberberg (2011). Para o autor, a enunciação cria uma espécie de campo de presença em que são sentidos no tempo e no espaço os acontecimentos por um sujeito observador. Dessa forma, o discurso pode simular a percepção de um sujeito articulando duas instâncias: o sensível e o inteligível – se, por um lado, o discurso articula e organiza um pensamento, ou ainda, um saber, por outro, ele salienta matizes de afeto sentidos por um sujeito.

O sujeito, assim, definido pela tensividade, percebe diferentes modulações de afetividade ao passo que as organiza, conforme suas variações de intensidade, num lugar imaginário que obedece a um tempo e um espaço. Uma contribuição de Zilberberg aos estudos semióticos diz respeito ao efeito de aspectualização – a qual já recebera em *Semióticas das Paixões* alguns apontamentos – que suas categorias conferem à análise de texto. Segundo o autor, abandonando uma semiótica das oposições (greimasiana), há de se pensar em um intervalo entre as categorias convocadas para análise do texto e em um andamento que descreve os aumentos e diminuições delas, o que confere à análise uma espécie de marcha que permite sentir no discurso a passagem do fora para o dentro, como no romance *Tanto faz*, de Reinaldo Moraes (2011).

Enseja-se então, haja vista a lacuna apontada anteriormente, mostrar como o processo de espacialização articula esses efeitos de sentido que podemos interpretar como a construção de uma subjetividade no discurso literário. A escolha desse tipo de texto se justifica por se tratar de uma manifestação da linguagem bastante rica de sentido e marcada pela inovação constante no uso do vernáculo. Contudo, o tratamento dado ao texto literário nesta dissertação responde a um paradigma semiótico e à enunciação linguística como princípios de análise. Portanto, levamos em conta algumas considerações acerca da especificidade e da riqueza do texto literário, sobretudo no que diz respeito a conceitos como foco narrativo e ponto de vista (MOISÉS, 1973; ARRIGUCCI JR, 1998) sem, por outro lado, deixar escapar nosso objeto de interesse: a construção, do ponto de vista enunciativo, do efeito de subjetividade pela articulação do espaço.

Nesse sentido, levantamos algumas perguntas para conduzir esta discussão. A principal delas questiona quanto ao papel das operações enunciativas espaciais para a construção da subjetividade em discurso. Acreditamos que essas operações enunciativas e os revestimentos temático-figurativos sobre uma espacialidade atualizam os estados de alma sentidos por um sujeito e estabelecem um ponto de vista a partir do qual o enunciador manipula um saber – efeitos entendidos como aspectos de uma subjetividade instalada no discurso.

Como consequência da questão principal desta pesquisa, levantamos três perguntas secundárias e suas respectivas hipóteses: (1) como a semântica e sintaxe espaciais atualizam no discurso estados de alma sentido por um sujeito? Acreditamos que as debreagens espaciais criam efeitos de aproximação e de afastamento entre sujeitos e objetos de modo que esses movimentos, conjuntamente com a axiologização das isotopias espaciais, geram o efeito de afetação de uma subjetividade; (2) de que maneira a espacialização estabelece um ponto de vista no enunciado? Apostamos que as debreagens espaciais e atoriais ordenam posições no discurso que revelam um observador dos objetos e dos acontecimentos descritos no texto; (3) como as formas espaciais criam um efeito de aspectualidade sobre as categorias semânticas verificadas no discurso? Entendemos que os encadeamentos figurativos espaciais e a localização espacial podem gerar no discurso um efeito de progressão de uma categoria semântica a outra.

Para tanto, selecionamos quatro trechos, entre romances e contos, de obras da literatura em língua portuguesa, os quais nos chamaram a atenção pelo protagonismo que

as formas espaciais, sejam os encadeamentos temático-figurativos, sejam as coordenadas espaciais, desempenham na construção desses textos de modo que o espaço ultrapassa o papel de uma ambientação para narrativa.

Esta dissertação é composta, assim, de quatro capítulos. O capítulo primeiro é dedicado a uma exposição das acepções que o termo espaço pode adquirir em diferentes áreas do saber. Objetiva-se, com isso, depreender quais noções a palavra levanta de forma que, a partir das especificidades de cada domínio, seja possível situar a noção de espaço segundo o inventário epistemológico de algumas ciências e discutir aspectos concernentes à espacialidade de uma maneira ampla.

Em seguida, no capítulo dois, mostramos a definição de espaço segundo a semiótica visitando trabalhos de diversos autores da área para apresentar a dimensão que o termo assume nesse campo teórico e retomamos as noções gerais acerca de uma espacialidade, mas segundo o paradigma da semiótica discursiva para mostrar como um discurso topográfico (descritivo de um espaço) pode ser analisado com as categorias previstas pelo corpo de análise em foco. Ainda nessa sessão, exploramos os atuais desdobramentos da semiótica acerca da subjetividade, como a passionalização e a inscrição do ponto de vista, e do processo de espacialização, como a aspectualização, para emprendermos, então, as análises dos textos escolhidos.

No capítulo três, fazemos um breve comentário sobre os procedimentos metodológicos que conduziram as análises aqui realizadas, bem como elas são efetivamente apresentadas ao leitor. Cada título, por sua vez, foi escolhido como uma forma de sugerir quais temas e possíveis conclusões a que cada uma das análises se presta.

Por fim, no capítulo último, concluímos a dissertação mostrando os resultados que depreendemos dos dados advindos das análises e reforçamos nossa tese de que o processo de espacialização contribui para a construção de uma subjetividade no enunciado. Essa contribuição pode operar-se pela atualização dos estados de alma do nível narrativo, pelos encadeamentos figurativos espaciais e pelas relações de junção verificadas na organização da espacialidade do texto. A subjetividade constrói-se ainda pelo estabelecimento de um ponto de vista inscrito no discurso a partir das coordenadas espaciais inscritas dentro do texto de modo que um ponto de vista se revela na medida em que o enunciador vai operando de breagens que localizam um observador. Por último, as formas espaciais presentes no texto, sejam do componente semântico, sejam do componente sintático do discurso, podem criar um efeito de aspectualidade de modo que

se faça sentir no enunciado a presença de um corpo sensível e de um campo de presença em seu entorno, o que convoca a dimensões do sensível e do inteligível, interpretáveis como um aspecto da subjetividade do discurso.

É nosso desejo, portanto, com esta pesquisa, promover uma contribuição para a teoria desenvolvendo o que foi dito e propondo avanços para novos estudos acerca da espacialidade e da subjetividade presentes nos diversos discursos.

2. CAPÍTULO I – DA DIVERSIDADE CONCEITUAL DO TERMO ESPAÇO

O dicionário Aurélio define “espaço” como “a extensão indefinida que contém todos os seres e objetos”. Tal termo diz respeito ao senso comum e, por isso, torna-se bastante amplo e aplicável a muitos contextos de uso. Assim, podemos visualizar inúmeras situações em que a palavra é utilizada, além dos sentidos metafóricos que pode assumir em alguns enunciados que expressam uma ideia de tempo, como em “espaço de tempo”, ou ainda o *chronotopo* de Bakhtin (1981). Por sua vez, o discurso de muitas ciências estabiliza para si alguma definição de espaço que lhes é particular. Não se confundem, então, o espaço convocado pela geometria euclidiana com aquele da psicologia de Foucault (1994/2013), por exemplo. Portanto, o trabalho de definir um conceito cientificamente orientado de espaço pede certa cautela a fim de que se evitem imprecisões ou mesmo confusões de conceitos.

A construção desse objeto pode cair em imprecisões devido a inúmeras definições encontradas nas práticas discursivas de diversas ciências. É preciso ter em mente que um conceito cientificamente construído presta contas com as particularidades teóricas e com as especificidades dos objetos visados por uma determinada comunidade científica. Dessa forma, deve-se escolher com prudência as definições com as quais se deseja construir um conceito de espaço a fim de não fazer se confundirem os pressupostos epistemológicos que são convocados com os de outras áreas nem aplicar sobre um objeto de estudo uma definição de espaço que não lhe seja adequada.

Não raro, o espaço ou ainda formas espaciais são utilizadas para dar conta da descrição de outros objetos de estudo, permanecendo sua própria descrição sem um detalhamento acerca de suas propriedades. Embora cada disciplina possa elaborar para si um conceito de espaço conforme suas necessidades, as definições encontradas em diferentes literaturas não esclarecem de forma ampla as propriedades que esse termo abrange.

Esse é o caso da comunicação proxêmica de Edward T. Hall (SONESSON, 2013), a qual levanta o problema da distância e da disposição de sujeitos e de objetos em uma dada espacialidade. Nesse escopo, examinam-se as posições dos objetos no *espaço pessoal* e os valores que assumem conforme sua distância em relação ao sujeito que o delimita – íntimo, aceitável, não aceitável, dentre outros juízos. Percebe-se, então, uma variação semântica que aproxima a noção de espaço de ideias como distância ou posição.

Nos estudos linguísticos, o espaço também encontra uma atenção secundária. Poucos são os trabalhos nessa área (HAMMAD, 1983; PONTES, 1992; FIORIN, 2016; LANDOWSKI, 2016; LAMIZET, 2016; entre alguns outros) que fornecem uma descrição profunda do objeto e um esclarecimento quanto à sua pertinência para a compreensão de fenômenos linguísticos, como a significação. Enquanto alguns trabalhos mapeiam as formas da língua que codificam uma noção espaço, outros estudos o tomam como uma categoria secundária para análise de textos, a exemplo os estudos da referenciação. Isso se justifica, como aprofundaremos adiante, principalmente pelo fato que, em língua portuguesa, as categorias semânticas de tempo e de pessoa são codificadas por formas presas, a título de exemplo as desinências verbais, enquanto que o espaço é traduzido por formas livres, como os advérbios.

Nos estudos literários, o espaço parece encontrar um lugar de maior pertinência. Moisés (1973) define o espaço como um dos elementos que distingue o romance de outras manifestações do gênero narrativo. Por exemplo, os contos e as novelas se estruturam em torno dos personagens e do desenvolvimento de suas ações, ao passo que, no romance, o espaço é um elemento que marca os cenários, os quais são preponderantes para o ensejo ou para o desenvolvimento das tramas narradas. Ainda sobre o romance, Dimas (1987) reconhece duas abordagens do espaço a efeito de crítica literária. Se, por um lado, a narrativa pode dar primazia à descrição e à precisão imagética que nela as palavras geram, por outro, é possível explorar significações – metáforas, antíteses, paradoxos e hipérboles – do ponto de vista das etimologias que nomeiam os espaços, bem como a partir das imagens e dos sentidos que comportam. Embora essas considerações sejam pertinentes à análise do romance, não seria imprudente as transpor para o estudo de outras manifestações do gênero narrativo, como contos e novelas, haja vista que a presença do espaço pode enriquecer ainda mais a análise desses textos, seja do seu ponto de vista figurativo, seja do da construção global do seu discurso.

Diante do que foi exposto, cabe aqui aprofundar algumas considerações acerca do espaço a fim de melhor situar as noções que termo mobiliza nas práxis discursivas de suas respectivas áreas. Com isso, pretendemos transpô-las para o campo da semiótica discursiva e, então, conduzir uma análise do espaço tendo em vista sua construção no discurso

2.1. O espaço nas ciências naturais

Segundo o Dicionário Oxford de Ciências da Natureza (2011), em disciplinas como a geometria euclidiana e a mecânica clássica, a noção de espaço é apresentada como uma grandeza na qual é possível respectivamente medir as dimensões de um objeto e observar o deslocamento de um corpo. Nota-se que essa definição de espaço está de algum modo assentada sobre a ideia de extensão. Ensejamos, assim, um exame das formas pelas quais ela é delimitada e das propriedades formais que a constituem.

A comparação entre o espaço da mecânica clássica e o da astronomia pode revelar duas posturas diante de uma extensão. Uma delas é assumir o espaço como uma distância entre dois pontos mensurável em qualquer uma das três dimensões: altura, largura e comprimento. Por exemplo, a descrição da queda de um corpo para a física newtoniana leva em conta não só a aceleração e o tempo de deslocamento, como também o espaço percorrido da sua partida até a chegada ao chão. Dessa forma, a extensão delimita-se a partir da percepção do movimento, sobre o qual o físico aplica suas categorias de análise e define a espacialidade abrangida pelo deslocamento do corpo.

A astronomia, por sua vez, articula um modo diferente para delimitar sua extensão. Nela, o espaço é compreendido, por um lado, como o lugar em que tudo existe, e, por outro, como a extensão além da atmosfera terrestre, onde são observados os fenômenos dos astros. Em ambas as noções, nota-se que os limites dessa forma de extensão não encontram uma delimitação precisa. Tais definições promovem uma larga discussão entre astrônomos sobre finitude do universo, embora alguns modelos de análise sugiram sua expansão, indicando a presença de alguma forma de limite. Sem querer entrar nesse mérito, o que nos parece mais relevante nesse modo de extensão é a possibilidade de sua indeterminação. Ainda que a distância entre dois planetas seja passível de medir, ela só é possível devido ao espaço indefinido onde eles se encontram, isto é, o universo.

Parece-nos, assim, que uma definição de espaço deve fundar-se sobre uma ideia de *extensão*, para a qual podemos estabelecer alguns limites – ainda que sejam não claramente precisos. Essa noção de extensão nos leva a refletir sobre as propriedades formais que a constituem.

Uma delas diz respeito ao fato que uma dada extensão se apresenta para uma espécie de *observador*. No caso da física, um movimento é desenvolvido para uma espécie de posição pura, a partir de onde é observado e descrito. Dessa forma, o observador funciona como um componente teórico da mecânica clássica, por meio do qual ela dá conta da descrição de um movimento em seus diversos aspectos: velocidade,

direção, tempo e espaço. Por exemplo, um deslocamento de um ponto a outro é visto pelo olhar analítico de um observador, que lhe determina as dimensões que ocupa no espaço dos fenômenos que descreve. Assim, o espaço tem suas dimensões estabelecidas devido a essa posição – motivo pelo qual os desdobramentos da mecânica aplicaram suas reflexões sobre o observador para afirmar o tempo e o espaço como grandezas relativas a partir da assunção dele.

Alguns trabalhos em astronomia sugerem uma relação de tipo *centro/periferia* a partir do estabelecimento da posição do observador. É o caso das discussões acerca da centralidade do sistema solar durante os séculos XV e XVI. Sem se aprofundar nas discussões entre o geocentrismo e o heliocentrismo, em ambas as abordagens, depreende-se uma posição para qual todos os objetos do cosmo estão dispostos e são descritos. Sua assunção estabelece uma espécie de campo extenso onde são determinadas as distâncias e as posições dos astros.

Dessa forma, considera-se que o observador pode assumir duas formas de organizar uma dada espacialidade. Por um lado, ele a elabora de forma *centralizada* estabelecendo uma posição em torno da qual são ordenadas as posições dos objetos e a partir de onde são descritos seus movimentos. Outra forma de estabelecer uma espacialidade é *descentralizada*, em que se opera uma espécie de afastamento de ordem metodológica entre observador e objeto, como faz a mecânica clássica ao descrever o movimento de um corpo.

Uma definição de espaço, portanto, deve operar com as noções de extensão, de observador e de centralidade. Sobre a primeira, não nos parece razoável falar em espaço sem minimamente levar em conta sua *extensidade e limite*. Mesmo em uso metafórico, a palavra espaço em – “espaço de tempo” – leva-nos a visualizar um intervalo entre dois marcos temporais. De forma análoga, o deslocamento de um corpo é desempenhando dentro dos limites estabelecidos por dois pontos de referência. Outrossim, a partir da existência de uma extensão, revela-se a posição de um observador, a partir da qual se ordenam as direções, os posicionamentos e os limites constitutivos de uma determinada espacialidade. Dessa maneira, o arranjo espacial se configura, assumindo uma forma centralizada ou não centralizada.

Assim, noções espaciais como as convocadas pela física e pela astronomia prestam conta com princípios realistas que apostam na existência dos objetos na natureza e na verificação de seus modelos por meio da observação empírica nesse ambiente.

Apesar de os pressupostos epistemológicos de tais áreas diferirem daqueles que embasam a teoria semiótica, é possível trazer algumas dessas noções, como *centro/periferia*, para o corpo de análise da semiótica, uma vez que podem ser considerados na convencionalidade de um discurso sobre o espaço.

Contudo, se se deseja elaborar uma definição semiótica do termo, é preciso transpor noções para um quadro teórico que tenha a linguagem – não a natureza – como objeto de estudo e analisar sua construção de forma linguageira de modo que se faça prevalecer os princípios de homogeneidade e de imanência e os procedimentos de análise devem seguir o empirismo hjelmsleviano, assentado sobre a *não contradição*, a *exaustividade* e a *simplicidade*. Dessa forma, podemos pensar o espaço em termos de extensão, de centro/periferia, de observador e outras categorias de análise visando à descrição de discursos.

2.2. O espaço nas ciências sociais.

A construção do espaço também foi descrita na sociologia de Simmel (1903). Nesse trabalho, o autor objetiva (i) descrever as figurações que o espaço assume e o seu papel na vida social e (ii) detalhar os atributos de tais formas.

Essas configurações que o espaço pode assumir diferem da espacialidade em geral. A distinção é sustentada pelo autor estabelecendo o espaço como condição *sine qua non* de toda *forma ou figura espacial* presente na vida em sociedade:

Evidentemente, impérios não podem possuir qualquer perímetro, seres humanos não podem estar próximos ou distantes uns dos outros sem que o espaço ofereça sua forma para tal, do mesmo modo como os processos atribuídos ao poder do tempo não podem transcorrer fora do tempo. No entanto, os conteúdos dessas formas experimentam a particularidade de seus destinos apenas através de outros conteúdos; o espaço permanece sempre a forma em si mesma sem efeitos, em cujas modificações, as energias reais de fato se revelam, porém, apenas de maneira análoga, como a língua exprime processos de pensamento que, evidentemente, transcorrem *em*, mas não *através* de, palavras (SIMMEL, 1903, p. 75 – grifos do autor)

Deve-se, assim, levar também em conta a distinção entre a natureza da experiência espacial e os conteúdos vivenciados nela. Nessa direção, o estabelecimento de um território se dá no espaço, contudo está a serviço de uma determinada autoridade. Um viajante, quando diz que está no estado do Ceará, aponta não apenas para uma porção

geográfica, mas reconhece que nela são aplicados regimentos administrativos, valores culturais e linguísticos e outros atributos.

Portanto, conforme Simmel, podemos pensar o espaço não como algo anterior, mas pressuposto à existência de uma figura espacial. Não é, então, o caso de buscar um espaço real cujas propriedades são verificadas no mundo vivo da experiência. O espaço de interesse ao sociólogo é construído socialmente e não dado pela natureza. Um território, por exemplo, é resultado mais de um tipo de força psicossocial que os indivíduos exercitam do que da existência da terra, e o espaço geral, por sua vez, assume sua forma. Se não o fosse, precisaríamos admitir que o estado do Ceará é anterior mesmo ao ato político que o estabeleceu e à força coletiva dos sujeitos de dentro e de fora dele. As considerações acerca do espaço geral e das formas que pode assumir abrem caminho para discutir os atributos constitutivos delas.

A vida comunitária, em toda sua complexidade, conta com algumas qualidades fundamentais que a forma espacial confere às figurações que assume. Esses atributos são apresentados por Simmel para descrever não só possíveis formas do espaço, como também os efeitos que geram na sociedade.

O primeiro atributo diz respeito à *exclusividade* das formas espaciais. Simmel busca identificar o que singulariza um espaço do outro ao mesmo tempo em que propõe um princípio por meio do qual é possível alocar espaços dentro de um espaço. É preciso, a princípio, reconhecer que um espaço social é uma parte da espacialidade geral. Um território, por exemplo, é uma forma em meio a outras de mesmo tipo dentro do espaço, as quais se distinguem em sua história, língua, cultura, política, entre outras instituições. Por outro lado, essa forma espacial também é definida pela especificidade dos objetos que relaciona. Nesse caso, um território contém habitantes, cidadãos, eleitores e outros sujeitos semelhantes. Outro traço exclusivo do espaço é a funcionalidade associada a ele. O homem percebe no espaço os recursos e as possibilidades de trabalho para seus fins: os ribeirinhos, por exemplo, enxergam em seu território a pesca como uma atividade de subsistência. Nesse sentido, a materialidade da terra serve mais como um preenchimento dessas relações de trabalho e de subsistência do que como um determinante dessa espacialidade.

É preciso igualmente reconhecer que, dentro de uma determinada forma espacial, ainda são possíveis outros espaços. Uma família, por exemplo, enquanto forma espacial, está contida dentro da figuração território. Segundo o Simmel:

Certos tipos de associação só conseguem realizar sua forma sociológica integral da seguinte maneira: dentro da zona espacial que preenche uma das configurações de tais tipos de associação, não há lugar para uma segunda configuração. Em compensação, de outras associações, é possível que um número qualquer – sociologicamente da mesma espécie – preencha o mesmo perímetro, sendo elas reciprocamente como que permeáveis; já que elas não possuem nenhuma relação interna com o espaço, também não podem entrar em colisões espaciais (1903, p. 77)

Tendo em vista que as formas espaciais exercem uma espécie de exclusividade entre si, torna-se relevante falar em *limites*. Estes têm duas funções dentro da sociologia do espaço de Simmel: por um lado, isolam uma espacialidade e, por outro, circundam e encerram os limites dela. Contudo, é preciso tomar cuidado e perceber que, por vezes, esses limites não são exatamente precisos como os de uma moldura nas artes plásticas, por exemplo:

Raras vezes, reconhece-se quão maravilhosamente a extensibilidade do espaço vai aqui ao encontro da intensidade das relações sociológicas; quanto a continuidade do espaço, precisamente por, em termos objetivos, não conter em parte alguma um limite absoluto, justamente por isso permite traçá-la em termos subjetivos onde quer que seja. (SIMMEL, 1903, p. 79)

Assim, uma porção geográfica não dá conta de traçar os limites de um espaço. Embora, em zonas de isolamento – em situação insular, por exemplo –, determinados grupos estejam aparentemente separados, é possível conjugá-los em uma mesma espacialidade, conforme as relações sociais estabelecidas pelo recorte metodológico do analista. Dessa forma, a fixação desses limites torna-se de ordem arbitrária, não socialmente motivada pelo meio natural.

As formas espaciais também são lugar do processo de *fixação de conteúdos*, de acordo com Simmel. Para ele, uma vez estabelecidos os limites de um espaço, este se torna o lugar de significações fixadas a ele. Desse modo, as particularidades do espaço e seus limites detêm uma significação que lhes é própria. O sentido de uma moradia, por exemplo, é estabelecido pela relação entre seus moradores e seu entorno, de modo que não se confundem outros sentidos, como loja, igreja, assembleia.

Esse atributo do espaço social corrobora ainda mais a relação entre a extensionalidade do espaço e a intensidade das relações sociais. Nesse sentido, os conteúdos fixados sobre uma forma espacial são manifestações figurativas dos valores advindos das relações em operação nesse espaço. No caso da hipoteca, por exemplo, os valores financeiros negociados entre diferentes sujeitos instauram um tipo específico de relação que toma uma forma espacial: um terreno, cujo perímetro é medido em valores

de área e de pecúnia, torna-se um objeto de câmbio financeiro, nesse caso, uma garantia do beneficiado de um empréstimo ao banco.

Portanto, a capacidade que um espaço tem em reter determinadas significações é o resultado da articulação dos valores convocados por meio de relações sociais, políticas, culturais, econômicas e de outras ordens, cujas forças são recrudescidas à medida que se cruzam essas estruturas sociais em uma única forma espacial. Por exemplo, a sala de aula, onde há entrelaçamento de relações como as hierárquicas e as culturais, torna-se um lugar cujo sentido forte singulariza e delimita seu espaço em relação à escola como um todo. Dessa forma, alguns fenômenos sociológicos são melhor observados em determinados espaços, como a sala de aula, e não em outros, como uma cantina.

A *sensorialidade* é também uma qualidade espacial tratada por Simmel. Esta se manifesta sob a forma do par *proximidade/distância*. Novamente, é preciso tomar cuidado e não se deixar levar pelo semantismo dos termos e cair em uma reflexão puramente ontológica sobre eles. De fato, um objeto pode estar próximo aos nossos olhos, por exemplo. Contudo, para o sociólogo, esse conjunto binário diz respeito a dois grupos de situações que podem especificar uma espacialidade.

O sentido de comunidade – uma forma espacial, portanto¹ - ultrapassa o contato físico entre sujeitos ou sua proximidade visível. É possível, assim, identificar seus membros, mesmo estando em territórios diferentes, por meio do reconhecimento de traços linguísticos, culturais, étnicos e de outros tipos. Nesse sentido, os termos proximidade e distância têm mais a ver com diferentes graus de identificação dos traços presentes nos membros de um determinado grupo. No caso da comunidade nordestina do Brasil nas regiões Sul e Sudeste, podemos estabelecer uma espécie de centro, onde estão localizados os traços prototípicos constituintes desse grupo, como o sotaque, a cultura e o fenótipo. Sua periferia, então, deverá comportar os membros que correspondem ao menos a um traço, de modo que ainda pertençam ao grupo analisado. A proximidade e as distâncias definem-se, assim, pela assunção desse centro e pela correspondência, ou não, dos objetos em relação a ele.

Desse modo, o termo sensorialidade convoca também ao pensamento uma relação qualitativa e descritível em termos de aumentos e diminuições. De fato, na vida

¹ Pois é possível identificar nesse tipo de relação a singularidade que a identifica, os limites que a encerram e a fixidez de seus conteúdos não espaciais.

social, os sujeitos experimentam o contato com outros, que podem, ou não, partilhar semelhanças que, a depender de quais, geram uma espécie de afetação que tende a aproximá-los ou repeli-los. A título de exemplo, pode-se visualizar a distribuição de torcidas rivais em uma partida de futebol, em que os sujeitos que identificam entre si a paixão pelo mesmo time tendem a ocupar um mesmo espaço dentro do estádio. Por outro lado, a identificação do mesmo local de trabalho pode não gerar o mesmo grau de proximidade.

Dessa forma, Simmel atribui ao espaço a capacidade de tornar possíveis essas aproximações e afastamentos entre os sujeitos que o ocupam, [o que chama a atenção para que o sociólogo esteja atento a esses tipos de relações e às grandezas que as modificam no seio da sociedade, de modo que seja capaz de transpor os limites fronteiriços dos territórios e de perceber que o espaço, nos termos de uma sociologia, fornece sua forma para possibilitar a manifestação de uma espacialidade livre das amarradas do espaço físico.

A quinta qualidade das formas espaciais diz respeito à possibilidade de mudança de lugar. Esse último atributo tem a finalidade, dentro desse escopo, de dar conta dos deslocamentos dos seres humanos de um lugar a outro, afinal, *nós nos movemos*.

Ao reconhecer essa possibilidade, é preciso definir ao menos dois estados para os grupos de pessoas: o *itinerante* e o *fixo*. Esse último par está a serviço da descrição dos movimentos de comunidades humanas. No caso de grupos nômades, a itinerância é uma atividade vital e um traço constitutivo desse grupo, enquanto, para os imigrantes, esse movimento oscila entre a dinâmica e a estaticidade. Dessa forma, a mudança de lugar aponta para possibilidade de movimento dentro de um espaço, ou ainda entre espaços, de modo que a espacialidade em geral é o lugar de excelência de todo movimento.

As considerações de Simmel são bastante oportunas para esclarecer como o espaço se constitui como um elemento de análise sociológica. De fato, as categorias apresentadas pelo estudioso fornecem noções espacializantes com as quais se pode falar em espaço. Contudo, essas noções espaciais convocadas estão fundadas sobre uma espécie de psicossociologia que reúne em seu objeto de estudo as relações entre sujeitos possibilitadas por uma determinada espacialidade, o que, evidentemente, escapa do alcance de uma semiótica discursiva.

No entanto, não se pode negar que o sociólogo elabora um discurso descritivo – mais especificamente um discurso topográfico, isto é, que descreve uma espacialidade –,

que serve a essa área de estudo como uma forma transmitir um saber. Logo, se se trata de um discurso, as categorias convocadas para a descrição das *figurações espaciais* manifestadas na sociedade podem ser discursivamente semióticas como faz, por exemplo, a sociossemiótica de Landowski (2012; 2002). Dessa forma, podemos discutir um conceito semiótico de espaço levando em conta as noções salientadas pelo autor alemão, como exclusividade e movimento, tomando o cuidado de respeitar o campo de pertinência de cada área de modo que não se façam confundir seus distintos objetos e seus campos de pertinência.

2.3. O espaço na fenomenologia de Merleau-Ponty

Tendo em vista a proximidade entre a semiótica discursiva e a fenomenologia de Merleau-Ponty, é cabível empreender uma breve incursão sobre como essa área entende o espaço.

A relação entre diferentes espaços pode ser descrita conforme o par *contido/continente*. Muitos destes, alguns tratados pela sociologia de Simmel, podem ser organizados sob essa lógica, como já foi mostrado com o território e com os espaços que o fragmentam. Contudo, esse tipo de relação não dá conta de alguns aspectos acerca do espaço.

As incursões por esse termo empreendidas até aqui são marcadas por uma postura objetivante diante dele, isto é, sua concepção repousa sobre um fazer científico que distancia o observador de seu objeto visado. Em contrapartida, levantamos a possibilidade de pensar o espaço como uma forma sensível, como algo experimentado por um corpo, o que revela um aspecto subjetivo da espacialidade. Adentramos, assim, um espaço onde as orientações do *inteligível* dão lugar às modulações de intensidade do *sensível*.

Para Merleau-Ponty (2011), o espaço diz respeito a uma forma da percepção, entendida pelo autor como um ato do corpo. Este, por sua vez, reúne potenciais sensíveis que medeiam a relação entre o sujeito e sua experiência viva no mundo. Nesse escopo, enfatiza-se a experiência desse corpo, não como uma representação mental, mas como um acontecimento que torna presente a existência. Tal experiência é entendida também como um campo criador dos sentidos, a partir de um sujeito que sente e vê e de sua historicidade.

É necessário, assim, deixar clara a medida em que o espaço é parte dessa experiência corpórea e em que ele é produto dela. Dessa maneira, a localização de objetos no espaço pode revelar dois lugares dessa experiência. O primeiro e mais imediato ao corpo é chamado por Merleau-Ponty de *espaço especializado*, que consiste no espaço dos objetos apreendido pela percepção de movimentos e posições. O segundo espaço é um pressuposto a toda espacialidade fora dessa experiência: o *espaço espacializante*. Para o autor, este é o espaço que interessa à teoria da fenomenologia da percepção e representa, não o ambiente real, mas sim o “meio pelo qual a posição das coisas se torna possível” (2011, p. 328):

Em lugar de imaginá-lo [o espaço espacializante] como uma espécie de éter no qual todas as coisas mergulham, ou de concebê-lo abstratamente com um caráter que lhes seja comum, devemos pensá-lo como potência universal de suas conexões. (idem)

O espaço especializado é o lugar de relações concretas de dimensionalidade e de proximidade, por exemplo. Essas noções não podem ignorar um sujeito que lhes dê suporte e as trace, de modo que ele responde ao lugar em que seu corpo exerce sua capacidade de traçar espaço, que é o espaço espacializante. Esse sujeito é carregado também de uma historicidade, que diz respeito aos sedimentos das experiências vividas que vão sendo acomodados na história do seu corpo. Assim, sendo a experiência uma apreensão do acontecimento singular e fora do controle do sujeito, o corpo, em contrapartida, está carregado da memória dessas experiências, a partir da qual os sentidos são criados, o que estabelece ao menos dois modos de existência no campo criador de tal significação. Tem-se, portanto, o *realizado*, em que o sentido se tornou presente pela força do acontecimento, e o *virtual*, que reúne as formas sedimentadas do vivido, as quais possibilitam sua apreensão.

Logo, essas considerações acerca do sujeito fenomenológico nos levam a dizer que o espaço especializado está para a ordem do realizado, ao passo que o espacializante obedece ao virtual. Portanto, acreditamos que o exame do espaço como parte de uma experiência sensível pode revelar os modos de percepção de um sujeito, e, partindo dela, é possível depreender sua historicidade.

A abordagem fenomenológica de Merleau-Ponty sobre o espaço sugere que é possível não só estabelecer uma relação entre subjetividade e espacialidade, como também esta última pode ser uma via de acesso, por dedução, àquela. Embora os desenvolvimentos da semiótica discursiva façam menção às reflexões de Merleau-Ponty,

é preciso ter em mente que uma semiótica do discurso se vale de categorias homogêneas e adequadas à sua análise – discursiva e orientada por um paradigma da linguagem. Assim, ao conceber o sujeito como o habitante e o modificador do espaço, a semiótica observa no desenvolvimento da análise discursiva e, ao pensar no aspecto sensível, ela o compreende como um efeito de sentido gerado no interior do discurso.

Podemos trazer algumas das reflexões de Merleau-Ponty para o corpo de análise da semiótica considerando, evidentemente, princípios como o da imanência do texto. Assim, a construção do espaço pode se valer também do aspecto de uma dimensão do sensível, e sua descrição pode convocar categorias que remetam à presença e à percepção de um corpo, o que pode configurar um aspecto subjetivo da espacialidade.

2.4. O espaço na linguística

As formas espaciais são observáveis também nos estudos linguísticos, apesar de a atenção dada a elas tenha permanecido à margem dos seus interesses. Das estruturas morfossintáticas à complexidade do discurso, é possível fazer um exame do espaço, porém poucos são os trabalhos que o contemplam.

Nessa direção, o trabalho de Eunice Pontes (1992) faz um mapeamento interessante sobre o modo como a língua portuguesa codifica a ideia de espaço. De acordo com a autora, essa língua marca o espaço por meio de formas livres, como os advérbios de lugar e os pronomes demonstrativos. No discurso, essas formas são responsáveis por textualizar os marcos espaciais que localizam os actantes da situação de comunicação e estabelecem a proximidade dos objetos em discurso em relação a eles, como o clássico exemplo das aulas de português – “esta caneta está próxima a mim, esse livro está próximo a você”.

Quanto à análise textual, no caso dos estudos da referenciação, muitos trabalhos também se voltaram para a análise dos pronomes demonstrativos e dos efeitos anafóricos que geram no texto. O artigo de Apothéloz e Chanet (1997) examina as condições que orientam o uso de um demonstrativo na construção de efeito anafórico e os sentidos que pode criar no texto. Contudo, o trabalho vale-se também de uma demonstração quantitativa dessa utilização, deixando à margem o efeito que esse tipo de construção pode gerar, como o estabelecimento de um ponto de vista ou a assunção de uma posição dentro da situação de comunicação.

Gary-Prieur e Noailly (1996), por sua vez, tratam não só das formas demonstrativas habituais, como também de construções referenciais que as autoras chamam de insólitas. Elas partem do pressuposto que o destinatário de um enunciado identifica o referente de um grupo nominal a partir de indícios deixados pelas expressões referenciais, diferentemente do que ocorre quando é utilizado um demonstrativo, o qual, muitas vezes, leva o destinatário a procurar o referente no contexto imediato, físico ou linguístico – esse referente pode ser, por exemplo, uma posição no espaço. Esse tipo de referenciação é bem observada na comunicação oral, porém, no texto escrito, sobretudo no discurso ficcional, em que o destinador do enunciado pode não se valer do seu contexto de produção, os demonstrativos podem não carregar traços anafóricos ou dêiticos, o que leva a refletir sobre as operações de que o destinatário se utiliza para estabelecer os referentes de um texto. Dessa forma, o objetivo do trabalho é mostrar como o texto vai construindo associações entre suas formas por meio do processo da anáfora associativa, segundo a qual, as expressões dentro de um texto deixam rastros que possibilitam a associação dos conteúdos e, assim, a construção do referente.

Ambos os trabalhos estão ligados à linguística de texto, cujo objeto de estudo leva em conta não só elementos linguísticos que constituem sua superfície, como também a pessoa, o tempo e o lugar em que foi construído. Portanto, esse objeto-texto não se constitui como imanente, o que se torna inadequado a uma abordagem semiótica. É preciso ainda dizer que as análises se debruçam mais sobre algumas formas espaciais fornecidas pela língua do que sobre a construção do espaço no discurso. Desta forma, abre-se o caminho no estudo sobre o espaço para discutir como essa categoria é construída do ponto de vista discursivo.

Por outro lado, Fiorin (2017) explica que a língua portuguesa privilegia a colocação do tempo e da pessoa no discurso em detrimento da do espaço. Isso porque os primeiros são codificados na língua não só por formas livres, como substantivos e advérbios, mas também por formas presas, como é o caso das desinências modo-temporais dos verbos. Quanto ao espaço, sua codificação ocorre apenas por formas livres, como os pronomes demonstrativos e os advérbios de lugar, como já discutido aqui. Deduz-se, assim, uma certa imprescindibilidade de marcar a pessoa e o tempo do discurso, ao passo que os marcos espaciais parecem ser facultativos não só para o processo de colocação da língua em discurso, como também para a significação do

enunciado como um todo. Tal evidência indica uma possível razão para que haja poucos trabalhos que discutam a construção do espaço no discurso.

No entanto, podemos perceber que a construção do espaço no discurso se dá também por uma articulação sintagmática. Tal fato pode ser evidenciado por alguns títulos da literatura em língua portuguesa, como *A rua*, de Miguel Torga; *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa; *A casa*, de Natércia Campos. Isso sugere que a construção do espaço no discurso pode convocar formas linguísticas além das adverbiais e das demonstrativas. Ademais, do ponto de vista literário, o espaço pode ser um elemento não apenas relevante para o desenvolvimento de uma narrativa, como também constitutivo de sua significação.

Portanto, não nos interessa investigar a construção do espaço no discurso sob um ponto de vista estritamente linguístico, pois correríamos o risco de cair no mesmo mapeamento de formas da língua que codificam uma espacialidade. É preciso, então, ampliar o aparato metodológico deste trabalho, o que nos leva a convocar a semiótica discursiva, visto que seu projeto pretende dar conta da construção do sentido convocando os elementos constitutivos do discurso em análise. Assim, podemos verificar a construção do espaço de uma forma ampla no interior da malha discursiva, deduzir procedimentos de análise e desdobrar discussões acerca da espacialidade e da subjetividade construída em discurso.

Por fim, podemos concluir que, embora relacionados por algumas categorias de análise, o semiótico e o linguístico tem objetos de estudos distintos, haja vista que, por exemplo, um morfema – unidade de análise linguística – não tem sentido fora do discurso. Tal evidência nos leva a supor que o espaço é um objeto de sentido construído no texto não apenas por classes específicas de palavras, como também pelas formas que constituem o discurso como um todo.

2.5. Por uma abordagem semiótica do espaço.

A partir desse rápido levantamento, pudemos situar a noção de espaço nas diversas áreas do conhecimento e concluímos que o espaço diz respeito a uma extensão limitada que não se confunde com outras, passível de ser fragmentadas em espaço menores. Podemos dizer ainda que o espaço é um lugar que torna possível determinadas

relações sociais, movimentos e posições e que é um objeto construído, quer por um corpo como na fenomenologia de Merleau-Ponty, seja por um observador, como o faz a física.

Destacamos durante essa exposição algumas palavras que parecem falar de espaço mais do que convoca outros conteúdos: limite, fixidez, movimentos, centralidade, periferia, exclusividade são algumas expressões que não devem causar estranheza ao serem associadas a uma espacialidade. Partindo dessa intuição, são feitas duas considerações.

Primeiramente, essas expressões compõem o que pode ser chamado de um discurso científico, seja da física, seja da sociologia, acerca do espaço e representam um raciocínio desenvolvido discursivamente. Dessa forma, o que Simmel chama de exclusividade do espaço, por exemplo, pode ser analisado sob orientação das categorias de análise da semiótica discursiva.

Torna-se oportuno, então, considerar essas categorias sob uma abordagem semiótica a fim de identificar nos textos o que podemos chamar de espaço e mostrar o alcance analítico da teoria, o que sinaliza para a possibilidade de estudar o espaço e para a pertinência desse estudo. Por fim, determo-nos, agora, a mostrar como o espaço é visto pela teoria semiótica do discurso.

3. CAPÍTULO II – O ESPAÇO NA SEMIÓTICA.

O percurso gerativo do sentido funciona, dentro do corpo de análise da teoria semiótica greimasiana, como um aparelho formal para descrever a significação do discurso. Esse dispositivo teórico orienta a segmentação da análise discursiva conforme os graus de complexidade do sentido nele articulado, para cada qual são previstas uma sintaxe e uma semântica. Dessa forma, Greimas orienta que essa análise deve proceder das formas mais complexas na superfície do discurso, a partir das quais podem ser deduzidas suas unidades mínimas.

Nesse caminho, o espaço está situado no nível discursivo, em que as estruturas semionarrativas são submetidas ao processo de discursivização que, por um lado, ordena a pessoa, o tempo e o espaço do discurso e, por outro, investe-as de figuras e de temas. Dessa forma, ao falar de *espaço*, levantam-se simultaneamente duas acepções. A primeira e mais imediata diz respeito ao *objeto construído* discursivamente, e a segunda, ao processo que o articula, denominado por Greimas e Courtés (1973/2016) de *espacialização*. Tal procedimento, por sua vez, segundo os autores, considera uma semântica e uma sintaxe espaciais de modo que a construção do espaço no discurso pode ser evidenciada tanto pelos encadeamentos temático-figurativos quando pelas relações estabelecidas entre o espaço (pressuposto) da enunciação e aquele do enunciado.

3.1. As contribuições da semiótica sobre espaço.

Seria impróprio não reconhecer que muitos trabalhos em semiótica trouxeram contribuições relevantes para o estudo do espaço e da espacialização. Dessa forma, é oportuno situar algumas dessas contribuições a fim de apresentar os atuais desenvolvimentos da área sobre o tema e as categorias com as quais pretendemos conduzir as análises.

Em *Semiótica e Ciências Sociais* (1973), Greimas formula uma definição de espaço partindo do pressuposto de que o processo de conhecer um objeto começa pela projeção do *descontínuo* sobre o *contínuo*:

A extensão, tomada na sua continuidade e na sua plenitude, repleta de objetos naturais e artificiais, presentificada para nós, por todas as vias sensoriais, pode ser considerada substância que, uma vez informada e transformada pelo homem, torna-se espaço, isto é, a forma, susceptível pelas suas articulações de servir à significação. (GREIMAS, 1973, p. 115 – grifos do autor)

O autor, junto a Courtés, retoma essas noções no *Dicionário de Semiótica* (1979/2016) para sintetizar um conceito de espaço como um objeto construído, em cujo processo se deve assumir que são realizadas pelo homem escolhas de determinadas propriedades em detrimento de outras. Assim, a significação do espaço está fundada sobre essas escolhas, que crivam a plenitude de sentido da extensão para transformá-la em *espaço significante*, atribuído de significação. Nesse escopo, espaço e homem se situam respectivamente no par *significante/significado* – relação, de acordo com Greimas, ao mesmo tempo *arbitrária e motivada* –, como condição mínima de significação do espaço. Assim o espaço expressa as intervenções humanas sobre ele. Essa tomada de posição o coloca, então, no seio de uma teoria da linguagem:

[...] encontram[-se] aqui reunidas as condições para considerar o espaço como uma forma susceptível de erigir-se numa linguagem espacial que permite “falar” de uma coisa diferente do espaço, da mesma maneira que as línguas naturais, mesmo sendo linguagens sonoras, não têm por função falar de sons. (GREIMAS, 1973, p. 116 – grifos do autor)

Outra contribuição do mestre lituano atenta para o fato que a apreensão do espaço só é possível pelo estabelecimento da diferença, de modo que o conhecimento de uma *topia* não prescinde de uma *heterotopia* (GREIMAS, 1973, p. 116), em outras palavras, um espaço define-se estruturalmente por aquilo que ele não é. Essa primeira disjunção espacial pode ser formalizada, por exemplo, sob a oposição *aqui/alhures*. Essa disjunção fundamenta, segundo o autor, qualquer discurso acerca do espaço e possibilita que o sentido seja articulado nele:

Mesmo mantendo o princípio de que pelo menos uma articulação binária do espaço é necessária para que surja um mínimo de sentido “falado” através dele, deve-se, contudo, reconhecer a existência do fenômeno da focalização: quando se distingue, por exemplo, um espaço *aqui* e um espaço *alhures*, é do ponto de vista que se estabelece esta primeira articulação (o *aqui* do cidadão não é o *aqui* do nômade que olha a cidade) (GREIMAS, 1973, p. 117)

Consequentemente, qualquer discurso topológico não dispensa a escolha prévia de um ponto de observação, distinguindo o *lugar da enunciação* e o *lugar do enunciado* e precisando sob quais modos estes se sincretizam. O espaço torna-se, assim, ao mesmo tempo o lugar de que se fala e onde se fala.

Para melhor ilustrar esse raciocínio, o discurso da física, por exemplo, estabelece uma heterotopia ao descrever um movimento de forma que o espaço percorrido por um corpo diferente do espaço de seu observador. Contudo, essa articulação espacial do

espaço da física, na medida em que se manifesta discursivamente, deve considerar também um terceiro espaço, o qual podemos chamar, por empréstimo do termo de Merleau-Ponty, de um espaço espacializante. Com disso, o espaço da física, próprio de um discurso científico, é o resultado de operações realizadas por enunciador que, a partir de seu espaço, cria os do observador e movimento observado.

Portanto, em semiótica do discurso, ao falar de espaço, trata-se sempre do objeto descontínuo e construído, apreendido pela diferença que estabelece com outros espaços, de modo que a extensão anterior à significação se constitui apenas como pressuposta à existência dele e, logo, fora do alcance da semiótica. A teoria reconhece ainda que a construção do espaço considera também seu operador, que, no caso de uma semiótica das ciências sociais, está representado pela figura do homem – substituído pelo termo *sujeito*, por conta de que este último ser menos enviesado semanticamente. Assim, espaço e sujeito se entrelaçam dentro da teoria de forma que o espaço possa “falar” de um sujeito.

Como consequência disso, não seria imprudente dizer que é possível conduzir qualquer análise topológica sob orientação de um paradigma discursivo. A sociologia espacial de Simmel, por exemplo, constrói em sua análise uma espacialidade descontínua e que se distingue de outro espaço. Essa distinção entre duas ou mais espacialidade pode explicada, do ponto de vista de uma análise de discurso, por meio de uma semântica que exponha os diferentes revestimentos figurativos aplicados sobre uma espacialidade. Dessa forma, o que um sociólogo discursa sobre a rivalidade entre torcidas dentro de um estádio convoca figuras que separam esses grupos de pessoas.

Contudo, não se pretende com isso dizer que o objeto de estudo visado pelo sociólogo é o mesmo da semiótica discursiva, e sim sinalizar para o fato que a construção do espaço pode ser verificada e analisada em diferentes esferas de discurso, entrando, logo, no campo de pertinência dessa área.

Considerando, então, a diversidade discursiva na vida cotidiana, os trabalhos de Manar Hammad (2015; 1987; 1978; 1972) trouxeram muitas contribuições para uma semiótica do espaço que ultrapassa a linguagem verbal. Para tanto, o autor empreende um estudo que não faz cisão entre o *topos* – o espaço estudado – e o *logos* – que corresponde ao discurso e às práticas que o articulam ao se desenvolverem nele (LANDOWSKI, 1987). Dessa forma, abre-se o espaço para semiotizar os regimes de interação constituintes, por exemplo, da articulação axiológica do espaço público/privado na arquitetura.

Em análise do hassun², Hammad (1987) descreve o andamento da cerimônia do chá, a partir do qual seleciona e organiza seus elementos conforme articulações axiológicas, como a coloração das iguarias que são dispostas espacialmente na bandeja conforme seus tons claros ou escuros. Para o autor libanês, objetos como os do exemplo citado são lugares de inscrição de valores constitutivos de um programa de manipulação. Sua ordenação no espaço faz o destinatário do serviço desempenhar uma determinada ordem no seu consumo.

Dessa forma, os estudos de Hammad observam e organizam os elementos visíveis na cena, o que se constitui como uma espécie de figuratividade do espaço, cuja descrição dá conta dos valores e como são organizados numa espacialidade e dos programas narrativos que manifestam.

Não muito diferente faz Lopes (1993) em análise de *Os Lusíadas*. Nela, o autor explica como algumas significações presentes no texto em questão são espacializadas por meio de figuras, de forma que uma oposição fundamental, como *sagrado/profano*, é revestida, no nível discursivo, por uma espacialidade organizada a partir do par *horizontalidade/verticalidade*. Ao analisar essa espacialidade, Lopes apresenta uma ordenação do universo de *Os Lusíadas* mostrando que o “mundo dos humanos”, no eixo da horizontalidade, comporta o valor de profano, enquanto que, em oposição, no eixo da verticalidade, o “mundo das divindades” é investido do valor do sagrado. Considerando-se, por sua vez, os termos complexos gerados pelo quadrado horizontalidade/verticalidade, são identificados, respectivamente, o *espaço mítico exteroceptivo*, onde se encontram os mediares pragmáticos responsáveis pela competencialização dos actantes narrativo, e o *espaço mítico interoceptivo*, lugar dos mediadores cognitivos representados pelos sonhos, presságios e visões. Lopes, assim, organiza a topografia discursiva da obra de Camões para mostrar como seu projeto de texto abrange não só os feitos de Vasco da Gama, como também a história de Portugal.

Outra contribuição relevante para o estudo semiótico do espaço pode ser encontrada em Landowski (2010). Nesse trabalho, o autor analisa a figuratividade espacial segundo a oposição *continuidade/descontinuidade*, as quais podem estabelecer duas isotopias espaciais: a espaço-tecido (continuidade) e o espaço-abismo (descontinuidade). Evidentemente, como já foi dito, toda forma espacial se constrói de

² Bandeja parte do cerimonial serviço de chá japonês.

forma descontínua, contudo o que Landowski quer mostrar diz respeito ao efeito de (des)continuidade que certas figuras espaciais geram no discurso. Para melhor ilustrar essas isotopias, tomemos a descrição do cenário de *O Guarani*, de José de Alencar (1857/2005).

De um dos cabeços da Serra dos Órgãos, desliza um fio de água que se dirige para o norte e engrossado com os mananciais que recebe no seu curso de dez léguas torna-se rio caudal.

É o *Paquequer*: saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espreguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito.

[...]

O fundo da casa, inteiramente separado do resto da habitação por uma cerva, era tomado por dois grandes armazéns ou senzalas, que serviam de morada a aventureiros e acostados.

Finalmente, na extrema do pequeno jardim, à beira do precipício, via-se uma cabana de sapé, cujos esteios eram duas palmeiras que haviam nascido entre as fendas das pedras.” (ALENCAR, 1857/2005, págs. 7-9 – grifos do autor)

Na primeira parte do excerto, em breve análise, percebe-se que figuras como “fio” e “desliza” geram um efeito que simula o correr contínuo dos olhos de um observado, de forma que tecem no enunciado a vastidão do leito do rio. Na segunda parte, outras figuras, como “separado” e “cerca”, particionam o espaço – agora da casa – em “fundo”, “senzala”, “armazéns”, “jardim” e “cabana”, cuja ordenação faz sentir, no texto, uma descontinuidade.

Embora as contribuições desses autores³ sejam relevantes para entender como proceder com uma análise do espaço e para mostrar o alcance de uma abordagem semiótica, essas análises contemplam – o que veremos adiante – apenas o aspecto semântico do discurso sem um aprofundamento quanto às relações entre a enunciação e a espacialidade construída em texto. É oportuno, assim, investigar o espaço segundo o que a semiótica chama de sintaxe discursiva, a qual, citando Fiorin (2017), corresponde às relações entre “o espaço da enunciação, do enunciado e suas projeções no discurso” (p. 239).

Os trabalhos de Claude Zilberberg (2010; 2009) e de Jacques Fontanille (1989), nomes que representam alguns dos desdobramentos mais recentes da área.

Uma das principais contribuições de Fontanille (1989) para a semiótica foi sua incursão sobre a categoria de *observador*. Para ele, a enunciação convoca também uma

³ Merecem menção também os trabalhos de Aldama (2011), Boudon (2008), Panier (2009) e Renier (2008), que contribuíram também para a formulação de semiótica do espaço.

espécie de instância cognitiva que aplica sobre o espaço – e as demais categorias enunciativas – um fazer interpretativo, o que configura uma espécie de modalização dessa categoria. A colocação do espaço no discurso, então, não se vale apenas da inscrição de uma espacialidade, como também de uma interpretação sobre ele. Esse observador é ainda um informador do hipersaber, tal como mostra Leite (2009):

[...] o observador quer-saber. E é na progressiva reorganização espaço-temporal dos objetos no campo de discurso que o observador parece ir recuperando seu *status* de actante do hipersaber, delegado pelo enunciador. “A rua esquecida em baixo das janelas”, como dissemos, é mais um objeto que se dá à observação e, como tal, não pode escapar à percepção do observador. Se ela se apresenta “esquecida”, é por conta de estar fora do campo de percepção do actante do enunciado “eu”. Em suma, pode-se dizer que, na retomada gradual de sua função cognitiva, o observador sabe da presença da rua no campo discursivo, mas o *eu*, não. (LEITE e SARAIVA, 2009. p. 136 – grifos do autor)

Zilberberg, por sua vez, é um desenvolvedor da teoria semiótica e propôs um modelo para descrever alguns aspectos da significação, como a timia, a foria, a tensão e a aspectualidade. De acordo com o autor, no lugar de simples oposições axiológicas, a construção do sentido pode ser descrita por meio de modulações de intensidade sentidas em um campo de presença, em cujo centro está localizado um sujeito observador, isto é, uma espécie de posição que opera as instâncias do *sensível* e do *inteligível* (ZILBERBERG, 2011).

Dois de seus artigos (ZILBERBERG 2010; 2009) apresentaram uma análise do espaço conforme as orientações desse escopo teórico. Para o estudioso, o espaço ainda se constitui como objeto construído a partir de uma extensão contínua, contudo sua construção é estabelecida a partir de uma subjetividade que organiza os diferentes graus de intensidade do sensível na extensidade do tempo e do espaço. Dessa forma, duas acepções de espaço são observáveis nos textos de Zilberberg. A primeira diz respeito ao espaço como objeto semiótico, o qual pretende se conhecer com categoria e operações homogêneas. A outra definição trata de um componente do instrumental analítico da *tensividade*.

Nesse escopo, o espaço é estudado pelos seus diferentes modos de ser percebido por esse sujeito operador da tensividade observável no desenvolvimento discursivo. Em breve análise do romance *Mar Morto*, de Jorge Amado (1986), são perceptíveis, por exemplo, diferentes graus de afetividade pelas figurações espaciais apresentadas na narrativa. Assim, no romance, o porto convoca uma figuratividade que está associada ao

corpo e ao desejo – logo, mais próximo do sensível –, ao passo que, na cidade alta, identificam-se programas narrativos do enriquecimento, figuras espaciais como as ruas e sobrados, dentre outros elementos – mais próximos, assim, do inteligível.

Evidentemente que uma análise semiótica pode ser mais rica e exaustiva, contudo, com essa breve apresentação da tensividade, pretendemos apontar para uma direção de trabalho com esse conjunto categorial. A teoria semiótica tensiva tem se demonstrado muito produtiva na abordagem de diferentes objetos de estudo, como a semiótica da canção de Luiz Tatit (2007). No entanto, como em qualquer meio científico, identificam-se lacunas que ensejam seu preenchimento. Como dissemos anteriormente, muitos trabalhos exploram as figuras que o espaço assume no discurso e os valores atribuídos a elas. Assim, propomo-nos a investigar a hierarquização e a organização interna dos elementos constitutivos do espaço, o que nos levará a uma sintaxe espacial discursiva.

3.2. Espaço e enunciação.

Antes de expor os fundamentos das relações entre espaço e enunciação, cabem alguns apontamentos acerca desta última. Em sentido lato, a enunciação é o processo por meio do qual a língua é posta em funcionamento sob a forma de um discurso enunciado por um ato individual de linguagem.

Muitos teóricos trouxeram diversas contribuições para a compreensão desse fenômeno, visto que ele se trata de um acontecimento complexo, atravessado por fatores de ordem não só linguística, como também social, cognitiva, psicológica, fisiológica, situacional. Tendo em vista os objetivos desta dissertação e diante a complexidade do conceito, adotamos um paradigma estritamente linguístico para definir enunciação.

Remete a Benveniste (1989; 1991) uma das primeiras formalizações desse fenômeno, conforme o qual a enunciação converte as virtualidades da língua, como artefato histórico e social, em formas realizadas no discurso. Embora a língua evoque uma coletividade, ela é assumida por um ato individual. O sujeito que diz “eu”, por exemplo, está dizendo-o em língua portuguesa, falada por diferentes pessoas e marcada pelas diferentes coerções que foram se sedimentando em seu corpo ao longo de sua evolução. Desse modo, entende-se, conforme a tradição benvenistiana, por enunciação uma instância de mediação não apenas entre o virtual da língua e o realizado em discurso, mas

também entre o conjunto de coerções sociais e linguísticas e a assunção pelo sujeito de seu ato individual de fala. Portanto, a enunciação deve ser vista como um acontecimento histórico que, por um lado, remete-se a outras enunciações e, por outro, jamais se repete.

A partir dessas considerações, Benveniste elaborou um aparelho formal e linguístico para dar conta desse fenômeno. Primeiramente, um ato qualquer de colocação da língua em discurso se desempenha pela tomada de fala de um sujeito que diz “eu”. A título de exemplo, em um enunciado como “*o sol está nascendo*”, pode-se presumir um eu implícito: “[*eu digo que*] *o sol está nascendo*”. Portanto, todo ato enunciativo representa também essa tomada do ato de fala, isto é, um *ego* que pode ou não simular o sujeito desse ato sob uma forma discursiva. Esse sujeito não está solto vagando na indeterminação da linguagem, mas assume para si um tempo (*nunc*) e um espaço (*hic*). Nesse paradigma, a enunciação realiza a mediação das virtualidades da língua para atualizar as instâncias do *ego-nunc-hic* para, então, realizar essas formas em discurso enunciado.

A semiótica, por sua vez, encontra na enunciação de Benveniste uma formalização adequada para discutir de um ponto de vista formal o processo de discursivização. Essa categoria, por sua vez, foi implementada posteriormente, como mostra Greimas (1974), ao percurso gerativo do sentido.

Primeiramente, tendo em vista conservar os princípios de imanência e de homogeneidade na descrição da significação linguística, é preciso excluir da teoria semiótica qualquer formulação da enunciação como “situação de comunicação” ou “contexto de produção”, tal como evocadas pela linguística de texto, por exemplo. Para Greimas (1974), a enunciação em semiótica deve ser entendida como uma instância pressuposta à existência do enunciado. Dessa maneira, não se fala da situação real em que um enunciado foi produzido, mas dos simulacros da pessoa, do tempo e do espaço da enunciação projetados no enunciado. A semiótica, portanto, lida com a enunciação na medida em que está sob o *status* de *enunciação enunciada*.

Nesse sentido, interessa à semiótica os mecanismos de construção desses simulacros. Para tanto, Greimas e Courtés (1979/2016) formulam um conjunto de mecanismos enunciativos que convertem as formas semionarrativas em estruturas de discurso enunciado.

Pode-se tentar definir *debreagem* como a operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta para fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação,

certos termos ligados à sua estrutura de base [pessoa, tempo e espaço], para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado discurso [e a sua significação]. (GREIMAS e COURTÉS, 1993/2016, p. 111 – grifos nossos)

Assim, postula-se que o ato de linguagem, por um lado, cria os simulacros da pessoa, do tempo e do espaço da enunciação e, por outro, instaura as representações atoriais, temporais e espaciais no discurso enunciado. Se a debreagem representa a saída da instância da enunciação e a criação dos simulacros de suas estruturas de base, logo, verifica-se no ato de linguagem a projeção do *não-eu*, do *não-agora* e do *não-aqui*. Essas simulações em estruturas de linguagem articulam as categorias de base do discurso conforme oposições que estabelecem os marcos atoriais, temporais e espaciais, em dois sistemas de referência.

A) O sistema de referência enunciativo, do *eu-agora-aqui*.

B) O sistema de referência enuncivo, do *ele-então-lá*.

Essas coordenadas obedecem a dois diferentes modos de projeção linguística, conforme Fiorin (2017). O primeiro é a debreagem enunciativa, que é responsável, por exemplo, pelo discurso em primeira pessoa: *eu estou agora sozinho aqui*. Percebe-se que a debreagem imprimiu sobre o enunciado marcas que simulam a pessoa (*eu estou sozinho*), o tempo (*estou agora*) e o espaço (*aqui*) da enunciação. Outra forma de projetar as categorias de base da enunciação é a debreagem enunciva, a qual tende a afastar o enunciador dos objetos que projeta no enunciado, tal como ilustra trecho do conto machadiano A carteira: “De repente, Honório olhou para o chão e viu uma carteira” (ASSIS, 1884). Observa-se que a categoria de pessoa está projetada sob a forma gramatical ele (Honório olhou e encontrou uma carteira). Não diferentemente, o tempo (De repente, olhou) e o espaço (o chão) não estão em concomitância com aqueles da enunciação, são outros projetados no enunciado, o que criar o universo particular do conto de Machado de Assis.

Podemos, então, representar as categorias de base da enunciação como pares em oposição, conforme mostrado no seguinte quadro.

Tabela 1: As categorias de base da enunciação e suas oposições

	Sistemas enunciativos	Sistemas enuncivos
Pessoa	Eu	Ele(a)
Tempo	Agora	Então
Espaço	Aqui	Lá

Fonte: elaborado pelo autor.

A embreagem, diferentemente da debreagem que projeta para fora da instância de enunciação as categorias de pessoa, de tempo e de espaço, é o “efeito de retorno à instância de enunciação” (GREIMAS e COURTÉS, 1979. p. 119). Tal efeito é implica a neutralização das oposições *eu-ele*, *aqui-lá*, *agora-então*. Fiorin (2017) faz um amplo mapeamento dessas oposições para mostrar como elas se neutralizam nos diferentes discursos.

O discurso hipocorístico ilustra esse mecanismo, quando um pai quer reprimir seu filho e diz “O papai não gostou disso”. Repara-se que, nesses discursos, os marcos da pessoa, do tempo e do espaço estão instalados no sistema de referência enuncivo, porém o “eu” implícito da enunciação está em sincretismo com “ele” (papai) do enunciado, assim, neutraliza-se a oposição eu-ele da categoria de pessoa.

O espaço tal como tratado na análise discursiva é o resultado de operações de debreagens e de embreagens espaciais, as quais articulam a oposição *aqui/lá*. É preciso não se deixar levar pelos lexemas levantados neste texto. Aqui e lá são advérbios de lugar, como normalmente a gramática ensina, entretanto, a construção enunciativa do espaço vale-se de muitas outras formas de construção, como pode ser verificado neste trecho sob autoria de Milton Hatoum:

[eu] via um outro mundo naqueles recantos, a cidade que não vemos, ou não queremos ver. Um mundo do escondido, ocultado, cheio de seres que improvisavam tudo para sobreviver, alguns vegetando, feito a cachorrada esquelética que rondava os pilares das palafitas (HATOUM. 2000, p. 50)

No trecho de *Dois Irmãos*, o espaço é articulado no enunciado a partir do marco espacial *alhures* debreado enuncivamente, sobre o qual são investidas figuras como “mundo”, “cidade”, “recantos”. Essa combinação gera o efeito de localização espacial que, junto ao marco temporal “então” e à pessoa “eu”, criam uma espécie de relato de memória. Dessa forma, a construção do espaço, por um lado, faz-se pelo revestimento

semântico de algumas palavras e, de outro, pela organização das coordenadas espaciais conforme os sistemas de referência enuncivos, os quais, respectivamente, serão tratados terminologicamente como semântica e sintaxe espaciais.

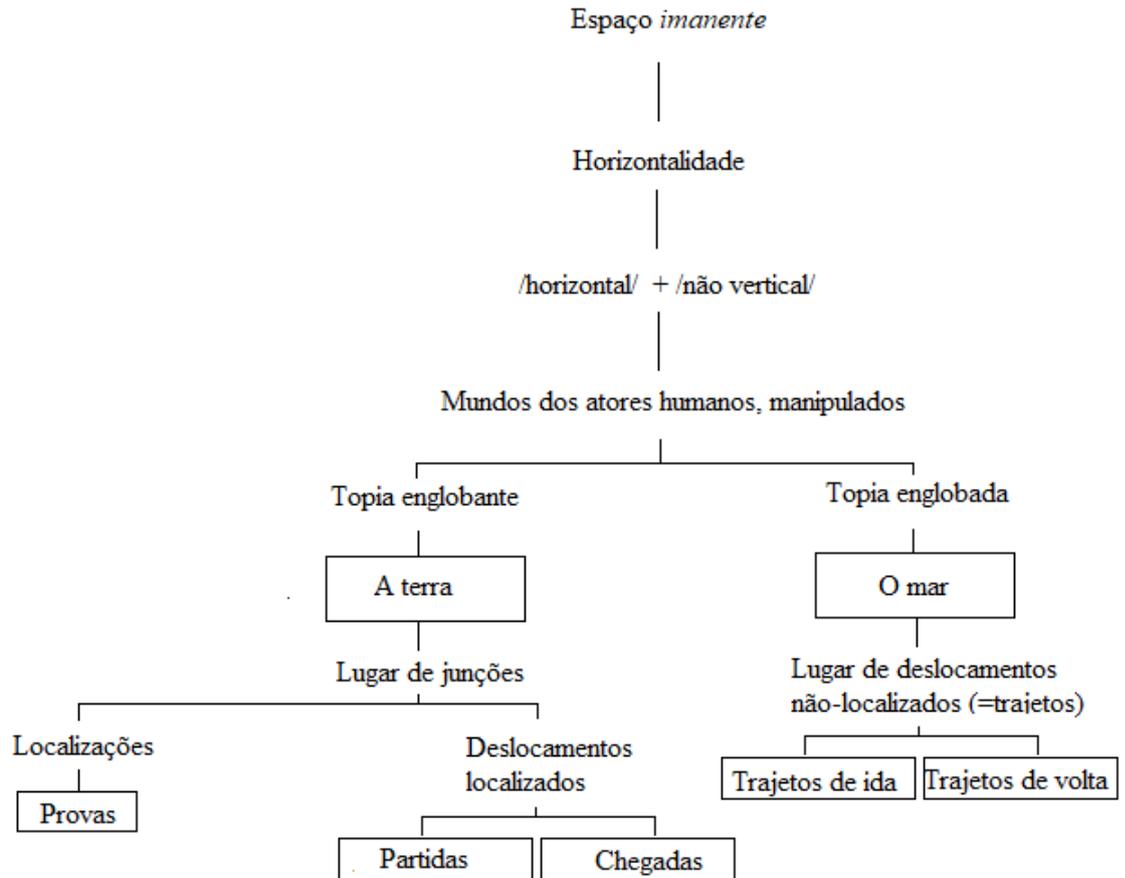
3.3. A espacialização.

Em semiótica, entende-se por semântica o componente da teoria da linguagem em que são organizados os valores das unidades mínimas do plano do conteúdo que correspondem a mudanças no plano da expressão. A sintaxe, por sua vez, deve ser compreendida como o componente da linguagem responsável pelas combinações entre essas unidades mínimas. Assim, cabe à semântica identificar esses valores e, à sintaxe, descrever o modo como estão organizados no plano do conteúdo. Nesse escopo teórico (GREIMAS e COURTÉS, 1993/2016), sintaxe e semântica são dois componentes complementares de uma gramática do discurso, para os quais a teoria prevê diferentes níveis que vão do concreto e complexo ao simples e abstrato.

O presente trabalho interessa-se pela semântica e pela sintaxe espaciais, que são observáveis no processo da *discursivização*. Esse procedimento representa, no percurso gerativo do sentido, a conversão das formas semionarrativas em estruturas de discurso. Nesse sentido, essas estruturas fundamentais e narrativas são submetidas à instância de enunciação (*eu- agora-aqui*), sendo, assim, projetadas sob a forma de discurso enunciado.

Para cada uma das três categorias enunciativas, a teoria prevê um procedimento de discursivização. Tem-se, então, *actorialização*, a *temporalização* e a *espacialização*. Esta última diz respeito aos procedimentos que articulam o espaço discursivo. Do ponto de vista semântico, a *figurativização* e a *tematização* conferem na superfície do discurso concretude aos esquemas narrativos profundos. Em análise da obra *Os Lusíadas*, Lopes (1993) organiza a construção semântica dos espaços da epopeia, mostrando como o esquema canônico pode ser revertido de figuras que espacializam temas caros à construção da obra, como o poder dividido sobre os seres humanos.

Figura 1: Da organização da espacialidade horizontal em *Os Lusíadas*.



Fonte: LOPES, E. 1993. p. 136.

A imagem acima ilustra como se pode organizar uma topologia discursiva conforme o desempenho de um programa narrativo. No caso, a horizontalidade do espaço, como resultado do conjunto de figuras que o reveste, como *terra* e *mar*, tematiza a subserviência dos homens para com os deuses. Dessa forma, percebe-se que, em um determinado discurso, algumas figuras partilham traços semânticos em comum que as distinguem de outras:

De caráter operatório, o conceito de *isotopia* designou, inicialmente, a iteratividade, no decorrer de uma cadeia sintagmática, de classemas que garantem ao discurso-enunciado a homogeneidade. Segundo essa acepção, é evidente que o sintagma que reúne ao menos duas figuras sêmicas pode ser considerado como o contexto mínimo que permite estabelecer uma isotopia [...] Num segundo momento, o conceito de isotopia foi ampliado: em lugar de designar unicamente a iteratividade de classemas, ele se define como a recorrência de categorias sêmicas, quer sejam essas temáticas (ou abstratas) ou figurativas. [Greimas e Courtés, 1993/2016, 275 e 276]

Contudo, essas figuras e temas não dispensam uma organização sintática que lhes confira uma forma no interior discurso enunciado. É preciso levar em conta também

que o processo de espacialização deva considerar mecanismos de organização dos universos nele espacializados.

Fiorin (2017) faz um levantamento dos mecanismos enunciativos que organizam as coordenadas espaciais verificadas no discurso. Contudo, é preciso ainda fazer algumas considerações iniciais. O autor discorre sobre o processo de espacialização para mostrar como a língua descreve o que foi chamado por Benveniste de espaço linguístico e de espaço tópico. Começando por sua semelhança, podemos dizer que ambos dizem respeito à localização de corpos num espaço. Porém, o espaço linguístico é ordenado em função do *aqui* da enunciação, isto é, o lugar do *eu*, que está organicamente ligado ao ato individual de discurso:

Cada vez que o enunciador usa os morfemas gramaticais do *hic* [o aqui] situa os corpos no seu espaço. Evidentemente, ele não é nem uma posição fixa nem um movimento que se efetua sobre uma determinada dimensão do espaço, porque ele os admite todos e não determina nenhum. É reinventado cada vez que alguém toma a palavra, porque, a cada ato enunciativo, temos um espaço novo ainda não habitado por ninguém. O *aqui* é o fundamento das posições espaciais da língua. (FIORIN, 2016, p. 234)

No ato da enunciação, quando o *eu* enunciador diz “eu”, também diz “aqui” e o faz para um enunciatário que aceita esse espaço como seu. Quando esse enunciatário se transforma em enunciador, sua espacialidade converte-se no “aqui”, garantindo sua condição de inteligibilidade. O espaço linguístico assim apresentado funciona como um fator de intersubjetividade.

Diferente do espaço linguístico, que traz suas próprias marcas e limites, o espaço tópico é o espaço demarcado pela língua e onde são descritos posições fixas e movimentos em relação a um ponto de referência.

De acordo com Fiorin, as posições e movimentos são fundamentais na categoria de espaço. Se por um lado, no espaço linguístico, não são estabelecidas nem são descritos movimentos, por outro, no espaço tópico, os objetos são dispostos em relação a um referente, conforme a inscrição de um ponto de vista. É partir do espaço linguístico, delimitado no ato enunciativo, que são inscritos o *aqui* e *lá*, codificados na língua, criando dois planos de referência⁴, um enunciativo, próprio do *eu*, e um enuncivo, do *ele*.

⁴ Projetados por meio de debreagens e embreagens enunciativas e debreagens e embreagens enuncivas.

A divisão dessas ordens espaciais nos mostra, por exemplo, como a espacialização cria um efeito de dêixis espacial. Ao descrever uma posição no espaço tópico, o referente pode estar tanto no sujeito enunciador, *à minha esquerda*, quanto em um marco de referência instalado a nível de enunciado, *à esquerda da igreja*. Portanto, o efeito de dêixis no discurso deve-se a uma espécie de sobreposição dos espaço linguístico e tópico:

O *aqui* é o lugar de onde alguém fala, podendo estar à esquerda ou à direita, em cima ou embaixo de x. Para sabermos onde é o *aqui*, é preciso saber onde se dá a enunciação, pois isolado, esse termo remete a nenhuma posição do espaço tópico e subsume-as todas. Por isso, quando a situação enunciativa não é compartilhada, é necessário especificar, com uma posição no espaço tópico, o lugar da enunciação, como se faz, por exemplo, nas cartas, em que se indica o lugar onde se escreve. (FIORIN, 2016, p. 234)

A distinção entre os espaços linguístico e tópico levantada aqui nos faz discutir também o processo de localização espacial identificável na espacialização. Para Greimas (2016, p. 295), esse procedimento, com o auxílio da debreagem espacial, cria no enunciado-discurso, conforme falamos, um espaço *lá* (enuncivo) e um *aqui* (enunciativo). Essas posições espaciais devem ser tomadas como de grau zero, ou seja, a localização inaugura linguisticamente espaços em branco, que, então, podem receber uma topologia tridimensional codificada em expressões linguísticas e descrita pelos eixos da *horizontalidade* (esquerda/direita), da *verticalidade* (em cima/ embaixo) e da *prospectividade* (diante/atrás). Greimas ainda comenta que a espacialização é também responsável pelo efeito de programação espacial no discurso, ordenando as espacialidades conforme o andamento de um dado programa narrativo.

A localização e a programação espaciais são efeitos de sentido criados pelas operações enunciativa de debreagem e de embreagem. Fiorin (2017) as explora para mostrar como sua combinação no discurso pode criar diferentes espacialidades.

O sistema da língua portuguesa codifica o espaço por meio de palavras como os advérbios de lugar. Tem-se duas posições primárias que ordenam as demais espacialidades: *aqui/lá*, as quais, respectivamente, respondem aos sistemas enunciativo e enuncivo. Pode-se, então, em uma breve análise, verificar como a espacialização vai localizando os objetos no enunciado: “Não, não serei eu quem leve meu filho ao outro lado, não o trouxe à vida para entregá-lo à morte por minhas próprias mãos, levem o pai, eu fico aqui” (SARAMAGO, J. 2005, p. 42)

O marco espacial *aqui* projeta enunciativamente o lugar da enunciação do *eu*, que conversa como um *tu*, de modo que esse espaço do enunciador é articulado no enunciado em oposição a um espaço *alhures*, um lá, revestido figurativamente pelo sintagma nominal “outro lado”. Vê-se que a construção não é exclusiva do emprego de advérbios ou pronomes demonstrativos, mas produto da malha figurativa e temática do discurso e das operações enunciativas. Desse modo, aqui/lá são duas posições que marcam, respectivamente, o lugar da cena enunciativa e o espaço fora dela.

Contudo, outras formas da língua também projetam posições no discurso enunciado e que podem não satisfazer completamente um posicionamento no lugar da enunciação e nem de fora dela. Esse é o caso dos advérbios *ali* e *aí*.

- a) “Matutando. A cidade está fora do meu quarto, mas eu estou dentro da cidade. Dentro e fora. A hierarquia sensível da realidade é a seguinte: primeiro meu quarto e a cidade lá fora. Aí vem o país e o mundo.” (MORAES, R. 1981/2011, págs. 11 e 12)
- b) “Pouco importava. Abri o botão da blusa e lhe dei de mamar. Havia um convívio ali.” (NOLL J. G; 2006, p. 42)

No primeiro caso, o advérbio *aí* sugere uma posição que não responde, nem à do enunciador (*meu quarto*), nem ao alhures (*a cidade lá fora*). Contudo, a palavra em destaque sugere uma espécie de reestabelecimento do fluxo de pensamento do enunciador e traz para próximo de si o espaço “país e mundo”. Assim, as debreagens espaciais que projetam o *aí* e o *lá* no enunciado não localizam igualmente os mesmos objetos, de modo que a debreagem do último é mais enunciativa, enquanto do primeiro reestabelece o *aqui* do enunciador, lugar de ontem ordena e observa todos esses espaços.

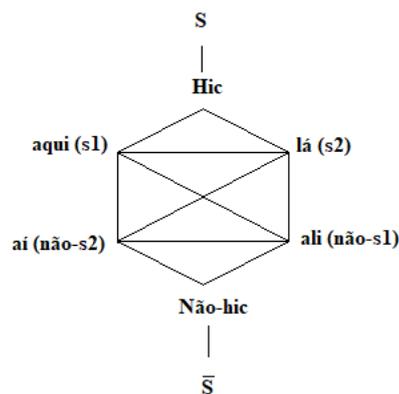
No excerto de João Gilberto Noll, observa-se algo similar. O tempo e espaço obedecem a um sistema de referência enunciativa ao passo que está marcada a primeira pessoa. Especialmente sobre a categoria de tempo, há uma concomitância de dois aspectos temporais: o perfectivo e o imperfectivo, cuja combinação, geralmente, marca o discurso do relato. Essa articulação das categorias enunciativas cria, assim, um efeito de

lembrança reportada. Nesse caso, é interessante destacar a colocação da palavra *ali*. Ela, ao mesmo tempo que aponta para um espaço alhures ao da enunciação, traz consigo uma mínima marca do lugar donde o “eu” instalado no enunciado fala.

Portanto, não seria imprudente organizar a enunciação do espaço conforme um sistema de coordenadas espaciais cujo termo complexo S , que chamaremos de *hic*, para designar um lugar imaginário que reúne todas espacialidades e não determina qualquer forma espacial. Esse espaço, quando determinado pelo fazer enunciativo, pode se desdobrar em duas categorias, formando, no eixo dos termos contrários, o par *aqui*, no $s1$, e *lá*, no $s2$. A atribuição de termos contrários leva, por implicação, ao aparecimento dos termos contraditórios: *não-s1* e *não-s2*.

Considerando os exemplos apresentados, percebe-se em (a) que o advérbio *aí* nega a posição *lá* e reestabelece no enunciado a posição do seu enunciador, como se ele, assumindo o *eu*, conversasse com um *tu*. No caso do exemplo (b), a palavra *ali* projeta um espaço fora do espaço do enunciador, mas não se disjunge por completo, como se esse enunciador de seu espaço observasse à distância os objetos que visualiza. Pode-se, então, considerar os advérbios *ali* e *aí* como os termos contraditórios *não-s1* e *não-s2* respectivamente. Por fim, a negação dos espaços *aqui* e *lá* cria uma não-espacialidade.

Figura 2: O sistema de coordenadas espaciais codificadas pela língua portuguesa.



Fonte: elaborado pelo autor.

3.4. Desenvolvimentos teóricos acerca do espaço e da subjetividade.

Alguns desdobramentos da semiótica discursiva trouxeram contribuições que impulsionaram avanços na investigação da significação do espaço e especialmente no que

diz respeito à construção de uma subjetividade no discurso, algumas das quais pretendemos desenvolver a diante.

Desta forma, é preciso antes esclarecer como a semiótica convoca o conceito de sujeito em seu corpo de análise. Primeiramente, Greimas e Courtés (1980/2016) apontam para uma definição de sujeito usual em lógica clássica, segundo a qual está “situado no interior de um enunciado objetivado e tratado como uma grandeza observável, suscetível de receber determinações que o discurso lhe atribui” (p. 487). Outra definição de sujeito, mais próxima à filosofia, remete a uma entidade capaz de efetuar atos. No entanto, excluem-se as particularidades individuais capazes de caracterizar o sujeito em um tempo e espaço, de modo que, do ponto de vista epistemológico, define-se “sujeito como um lugar abstrato onde se acham reunidas as condições necessárias à garantia de unidade de objeto que ele é capaz de construir” (p. 488).

A partir dessas premissas, a semiótica francesa postulou a existência de um *sujeito discursivo* capaz de desempenhar papéis actanciais diversos e de manter, graças à anaforização, sua identidade ao longo do discurso ou de uma sequência discursiva. Portanto, ao falar de sujeito, o semioticista remete a uma entidade construída no e pelo discurso a partir das projeções discursivas pelos procedimentos de debragem e de embreagem, além das isotopia temático-figurativas que revestem semanticamente essas projeções.

Por outro lado, considerando o sujeito como um constructo que reúne as capacidades de transformar enunciados de estado por meio de fazeres (GREIMAS e COURTÉS, 1980/2016, p. 488), a semiótica procurou uma formalização dessas capacidades. Nessa direção, recorreu à teoria das modalidades⁵ para explicar nuances de sentidos de alguns programas narrativos, como o da busca em *Os Lusíadas* (LOPES, 1993), em que o povo português (actante-sujeito) é mobilizado por um *dever-fazer*. Outro programa de busca pode ser representado por um esquema no qual o sujeito seja mobilizado pelo *querer-fazer*, como ilustrado em trecho de *Big Jato*, de Xico Sá (2012):

Chegaria ao Recife, sete dias depois, seguindo a trilha imaginária do meu tio, os planos, as estratégias, o mesmo sonho. Seguiria com aquele plano de fuga que ele desenhara na prisão, plano que incluía a tábua das marés recortada dos jornais, o traço

⁵ “São quatro as modalidades básicas: querer, dever, saber e poder. A elas acrescentam-se as modalidades veridictórias, resultantes de um jogo entre o ser e o parecer. As paixões são efeitos de sentido das compatibilidades e incompatibilidades das qualificações modais que modificam o sujeito de estado”. (FIORIN, 2007, p. 11)

de rios e pontes, movimento dos navios do estrangeiro, tudo em forma de rabisco ou colagens em uma caótica cartolina cor-de-rosa. (p. 182)⁶

Verificou-se, então, que esse actante-sujeito é atravessado por instâncias modais cujos possíveis arranjos servem à semiótica como uma representação formal dos estados de alma sentido por ele. Ao postular a existência desse sujeito modal, estabelece-se uma correspondência com o sujeito discursivo, na medida em que essas modalidades são revestidas, no nível do discurso, pelas projeções enunciativas e pela isotopias temático-figurativas que tecem a presença do sujeito no texto.

Portanto, o que se quer chamar de subjetividade neste trabalho diz respeito a um efeito de sentido, gerado no e pelo discurso, a partir do qual se pode construir uma identidade, depreender estados afetivos e deduzir saberes de que dispõe o sujeito discursivo. Definida assim a subjetividade, cabe discorrer sobre alguns temas relevantes para o estudo da construção desse aspecto discursivo.

3.4.1. Considerações acerca do observador

Para a semiótica, o observador é um sujeito cognitivo, que opera com a instância de um hipersaber, delegado pelo enunciador (GREIMAS e COURTÉS, 1980/2016, p. 347). Ainda segundo os autores, sua inscrição no discurso deve-se aos procedimentos de debreagem, e é encarregado dos fazeres receptivo e interpretativo:

Inicialmente, tal actante foi identificado com o narrador, mas, dada a complexidade dessas tarefas, em seguida, ele foi promovido a actante observador independente, que acompanha o discurso ao longo de seu desenvolvimento, explica a instação e as mudanças de ponto de vista, a inversão do saber dos atores sobre as ações passadas e vindouras, e aspectualiza os diferentes fazeres para finalmente transformá-los em um processo provido de historicidade. (GREIMAS, 1980/2014, p. 19)

Os modos de presença do observador são muitos. Como vimos nos exemplos anteriores, ele pode ser implícito e recuperável graças a uma análise semântica, que revela sua presença por meio de traços deixados por seu fazer no interior do discurso. Este é o caso das categorias aspectuais (durativo, terminativo, incoativo, perfectivo, dentre outras) do discurso, que descrevem a ação segundo um estágio de seu andamento em relação a

⁶ Em breve análise, podemos perceber uma isotopia do sonho com figuras como “trilha imaginária” a qual manifesta um querer desse sujeito que se desloca e que quer chegar ao Recife (objeto do querer).

um ponto de vista, isto é, o próprio observador. Ele ainda pode entrar em sincretismo com outros actantes da comunicação (narrador ou narratário) ou da narração (interlocutor ou interlocutário). Por fim:

O fazer cognitivo do observador pode ser reconhecido pelo sujeito observado: um novo espaço cognitivo é, assim, construído, suscetível de transformar (de desviar ou de anular) o programa primitivo do sujeito observado. Mestre Hauchecorne [do conto *O Barbante*, de Maupassant], quando percebe que é observado no momento em que apanha um pedaço de barbante (Maupassant), instaura um novo programa narrativo de simulação cognitiva, fingindo procurar e achar dinheiro. (GREIMAS E COURTÉS, 1973/2016, p. 348)

É desta forma que visualizamos como diferentes pontos de vista e programas cognitivos estão simultânea ou sequencialmente inscritos no discurso. Podemos concluir, assim, que o observador diz respeito a uma espécie de posição enunciativa – na medida em que é projetada pelas *debreagens* –, conforme Bertrand (2003), o que controla o acesso do leitor⁷ à significação.

Para o autor, o termo *ponto de vista*, assim como *espaço*, veicula uma diversidade de definições e, mais grave, pode assumir a forma de vários sinônimos: perspectiva, focalização, centro de orientação, dentre outros. Ao examina reconstruções da história de Tristão e Isolda, Bertrand percebe que as diferenças entre as descrições presentes em cada texto não dizem respeito apenas a estilísticas particulares, mas também “implicam, para além dos modos de enunciação individuais, formas de representação e de racionalidade distintas, que se investem localmente num discurso descrito, à primeira vista redundantes” (BERTRAND, 2003, p. 123).

As formulações acerca do observador e da noção de ponto de vista apresentadas até aqui nos autorizam a convocar essas categorias para compreender como a espacialização, que também opera com uma perspectiva no nível cognitivo, contribui para salientar a presença de uma subjetividade, como se a própria espacialização deixasse marcas de sujeito cognitivo inscrito no discurso.

3.4.2. *O sensível e o inteligível em semiótica.*

⁷ A palavra *leitor* aqui empregada tem a ver com a semiótica literária, empreendida por Denis Bertrand (2003).

Com os desenvolvimentos da semiótica das paixões e da tensividade, a construção da subjetividade no discurso ganhou relevo nas investigações semióticas. Como vimos, o sujeito instaurado no discurso configura-se como um simulacro criado na malha discursiva, quer pelas figuras e termos que revestem essa pessoa, quer pelas operações de debreagem que simulam sua presença ou a disfarçam pela articulação dos marcos tempo-espaciais.

Atualmente, muito tem se debatido acerca desse sujeito da enunciação, sobre o qual nos contentaremos em assumir como um simulacro de subjetividade, que convoca, por sua vez, estados de alma e de pensamento. Dessa forma, para nós, o sensível e o inteligível representam mais efeitos de sentidos, diferentemente da tensividade, na qual essas categorias compõem o corpo de análise desse escopo teórico.

Segundo Fontanille (1989), um discurso enunciado, como um objeto semiótico, comporta “uma dimensão prática (ou pragmática), pois ele é um produto concreto, transmissível, apropriável; uma dimensão cognitiva, porque ele veicula e manipula o saber; e uma dimensão tímica (ou passional), pois ele é também um objeto afetivo (FONTANILLE, 1989, 11-12)⁸. Desta forma, podemos entender que toda significação do discurso deva mobilizar esses elementos.

Por exemplo, um enunciado como “a casa está longe” apresenta seus actantes sujeito (um *observador* implícito) e objeto (a casa) dispostos em um espaço tópico enuncivo (do *ele* e do *lá*). Ao dizer “longe”, é preciso considerar um ponto de vista, um observador para o qual o objeto observado está longe. Pelo fazer desse observador, percebemos uma localização topográfica em relação a um marco espacial que permanece incerto, haja vista a falta de outros elementos que ancorem uma localização. No entanto, cria-se um *objeto de saber*, que circula no jogo persuasivo/interpretativo entre enunciador e enunciatário. É interessante notar que esse simples enunciado pode gerar uma pergunta como “longe de quê?”. Podemos concluir que a localização espacial, da dimensão pragmática, dispõe os corpos numa dada espacialidade, enquanto que, na dimensão cognitiva, ela parece manipular um *saber*. De fato, este mesmo enunciado pode ser escrito das seguintes maneiras:

⁸ “Un énoncé, comme objet de valeur (objet sémiotique), comporte au moins trois dimensions: une dimension *pratique* (ou pragmatique), parce qu’il est produit concret, transmissible, appropriable; une dimension *cognitive*, parce qu’il véhicule et manipule du savoir, et une dimension *thymique*, (ou passionnelle) parce qu’il est un objet affectif”. (Tradução nossa, grifos do autor)

- a) *A casa não está longe.*
- b) *A casa está muito longe.*
- c) *A casa está longe daqui.*
- d) *A casa está longe da fazenda.*

Levando-nos a pensar que, cada nova formulação do enunciado “a casa está longe”, há também um *status* de conhecimento diferente, configurando um outro objeto de saber. Os exemplos (a) e (b) não inscrevem marcos espaciais de referência e o saber estabelecido repousa sobre um *ponto de vista*, o qual só podemos ancorar no enunciador – *(eu digo que) a casa está muito longe/ (eu digo que) a casa não está longe*. Por outro lado, os enunciados (c) e (d) inscrevem seus marcos espaciais, respectivamente, um enunciativo e um enuncivo. Os objetos de saber veiculados aos enunciados (a) e (b) parecem mobilizar um contrato fiduciário, um *crer saber*, entre o enunciador e seu enunciatário, enquanto que, nos enunciados (c) e (d), a inscrição dos marcos espaciais mobiliza um contrato de veridicção, no qual enunciador e enunciatário podem avaliar como os regimes do *ser* e do *parecer* se correspondem. Dessa forma, podemos ver como os marcos espaciais inscritos no enunciado convocam diferentes conteúdos que revelam a avaliação e a manipulação de um saber. Essa dimensão do saber do discurso enunciado foi chamada de cognitiva, pois, segundo Greimas:

O adjetivo cognitivo serve de termo especificador em semiótica, remetendo a diversas formas de articulação – produção, manipulação, organização, recepção, assunção, etc. – do saber [...] a *dimensão cognitiva* do discurso se desenvolve paralelamente ao aumento do saber (como atividade cognitiva) atribuído aos sujeitos instalados no discurso. (GREIMAS e COURTÉS, 2016, p. 46)

Dessa forma, ao pensar o componente cognitivo do discurso como uma articulação, ou seja, um processo, é cabível indagar que actantes podemos elencar para descrevê-lo em um esquema simples de sujeito-objeto. Está claro, de acordo com Greimas, que essa articulação tem como objeto um *saber*, contudo, permanece incerto o seu actante-sujeito.

O que se chama de afeto ou de paixão em semiótica diz respeito a um conteúdo construído no e pelo discurso que pode ser interpretado como estados de alma sentidos por um sujeito instalado no enunciado, o que afasta do campo de análise considerações de ordem biológica ou psicológica. Nessa direção, o que define uma paixão, como o

ressentimento (FIORIN, 2007), são os sedimentos que a prática enunciativa vai depositando no inventário sociocultural da linguagem, atualizado a cada enunciação. Portanto, é por força do hábito de dizer o ressentimento que o interpretamos e o sentimos no discurso.

A Semiótica, ao reconhecer que há um componente patêmico a perpassar todas as relações e atividades humanas, que ele é o que move a ação humana e que a enunciação discursiviza a subjetividade, mostra que as paixões estão sempre presentes nos textos. (FIORIN, 2007, p. 10)

Se essas paixões incidem sobre ações, é no componente narrativo em que se encontram as primeiras formulações de uma *Semiótica das Paixões*, como apresentada por Greimas e Fontanille (1993). Em um primeiro momento, a narratividade preocupou-se com o estado de coisa das relações de junção (*conjunção/disjunção*) entre sujeito e objeto. Porém, atentou-se para o fato que os discursos atualizam conteúdos que revelam estados de alma, ou ainda, paixões.

A Semiótica, ao examinar as paixões, não faz um estudo dos caracteres e dos temperamentos. Ao contrário, considera que os efeitos afetivos ou passionais do discurso resultam da modalização do sujeito de estado. Por exemplo, a obstinação define-se como um *querer ser* aliado a um *não poder ser*, enquanto a docilidade reúne um *querer ser* a um *poder ser*. O obstinado é aquele que quer, apesar da impossibilidade evidente, enquanto o dócil limita-se a desejar o que é possível (FONTANILLE, 1995, p.182 – grifos nossos)

Dessa forma, em semiótica, as paixões são formalizadas por meio de arranjos de verbos modais cuja configuração atualiza programas narrativos passionais que, por sua vez, serão discursivizados, manifestando-se na superfície do texto, o que leva a concluir que essas paixões podem ser atualizadas em discurso também pelo processo de espacialização, como pode ser visto em breve análise do conto de Clarisse Lispector.

No fundo via-se o imenso pomar. E, à frente, em canteiros bem ajardinados, estavam plantadas as flores. Bem, mas isolada no seu canteiro estava uma rosa apenas entreaberta cor-de-rosa-vivo. [...] E então aconteceu: do fundo do meu coração, eu queria aquela rosa para mim. [...] E não havia jeito de obtê-la. (LISPECTOR, C. 1998, 60-61)

O trecho de *Cem anos de perdão*, observa-se um sujeito (*eu*) em estado de disjunção com o objeto de valor, a *beleza*, atualizada sob a figura da rosa. Nota-se que, no enunciado, a espacialidade, por meio de encadeamentos figurativos, representa esse estado de disjunção (*mas isolada no seu canteiro estava uma rosa*) criando um espaço fechado para esse enunciador.

É possível identificar por meio da isotopia da beleza e da euforização do objeto rosa (*no seu canteiro estava uma rosa apenas entreaberta cor-de-rosa-vivo*) uma afetação desse sujeito em relação ao objeto visado, o qual, em seguida, atualizada como o sujeito de um *querer fazer* (*eu queria aquela rosa para mim*). Contudo, reconhece-se também como um actante *do não poder fazer* (*E não havia jeito de obtê-la*).

Do ponto de vista sintático, a espacialização projetada no enunciado uma programação espacial que ordena em sequência o espaço da disjunção, isto é, o espaço desse enunciador, e aquele da conjunção (*canteiros bem ajardinados*), o que configura um programa de busca a ser desempenhado por um sujeito obstinado – que vai atrás do que quer e não poder ter.

A relação que se estabelece entre a afetividade e o espaço se situa, então, na conversão das estruturas narrativas em formas discursivas, o que coloca a espacialização como um componente da gramática do discurso pertinente, junto à articulação da pessoa e do tempo, à análise desses estados de alma construídos no texto.

3.4.3. *O efeito de aspectualização e as formas espaciais.*

Os termos *aspecto*, *aspectualização* e *aspectualidade* designam, em semiótica, mais ou menos aplicação sobre alguma categoria de um ponto de vista (BADIR, 2017). A semelhança entre essas palavras esbarra, porém, em questões terminológicas, o que requer alguns esclarecimentos.

Greimas e Courtés (1973/2016) chamam atenção para o fato que, historicamente, em linguística, a categoria de aspecto compõe a morfologia de algumas classes de palavras, como o verbo, e diz respeito a um conjunto de categorias descritivas do estado de coisa de uma ação, estado ou fenômeno da natureza, como o par *pontualidade/duratividade*. Assim, em língua portuguesa, por exemplo, um verbo como “choveu” apresenta um aspecto pontual, enquanto “chove”, o durativo.

Contudo, para a semiótica, uma ação pode ser verificada na estrutura geral de um texto – e não exclusivamente por meio de certas classes palavras –, como acontece ao longo do romance *O quinze*, de Rachel de Queiroz, no arco narrativo de Chico Bento, em que se observa o desempenho da ação de migrar em todos seus estágios conforme o *esquema canônico* de manipulação, competencialização, *performance* e sanção. Dessa forma, é preciso definir a noção de ação para que não se façam ruir os sentidos

historicamente estabilizados na descrição morfológica com aqueles do campo de pertinência da análise semiótica. Conforme Greimas:

Um passo a mais foi dado quando se redefiniu o *acontecimento* para distingui-lo da *ação*: se esta depende apenas do sujeito que está preocupado em organizar seu fazer, aquele só pode ser compreendido como a descrição desse fazer realizada por um actante exterior à ação. (GREIMAS, 1980/2014, p. 19 – grifos do autor)

A partir dessa distinção, o aspecto se coloca como um componente descritivo do acontecimento e que corresponde a diferentes estágios do seu andamento. Essa formulação do aspecto prevê, então, o fazer de um *actante observador independente* e externo ao acontecimento para o qual se apresentam esses estágios sob a forma de categorias como incoatividade, duratividade e terminatividade.

Entretanto, essas formulações situam a discussão do aspecto no nível narrativo de modo que Greimas e Courtés (1973/2016) formulam o conceito de *aspectualização* para dar conta dos aspectos observados na superfície discursiva:

[...] compreender-se-á por *aspectualização* a disposição, no momento da discursivização, de um dispositivo de categorias aspectuais mediante as quais se revela a presença implícita de um actante observador. Esse procedimento parece ser geral e caracterizar os três componentes, que são a actorialização, a espacialização e a temporalização, constitutivos dos mecanismos de debreagem. (GREIMAS e COURTÉS, 1973/2016, p 39 – grifos do autor)

Nessa perspectiva, a aspectualização incide sobre as projeções da pessoa, do tempo⁹ e do espaço no enunciado a partir de uma dupla debreagem: por um lado, o enunciador que se delega no discurso se projeta como o sujeito de um fazer, enquanto que, por outro, como um *sujeito cognitivo* que observa esse fazer de forma externa, transformando-o em um *processo* caracterizado por formas aspectuais, a exemplo a perfectividade e a imperfectividade.

Diferentemente de Greimas e Courtés, que elaboram um conceito de aspectualização com categorias que apontam para uma abordagem objetivante do procedimento, Zilberberg (2011; 2001), por sua vez, explorou-o por meio de categorias que sugerem uma postura subjetivante que amplia a noção de aspectualização para investigar a construção do sentido do ponto de vista de uma *aspectualidade*. Nessa

⁹ Greimas e Courtés (1973/2016) reconhecem que “apenas a aspectualização da temporalidade, no entanto, permitiu, até o momento, elaborações conceituais que merecerem ser consideradas, interpretadas e completadas” (p. 38)

direção, os acontecimentos são percebidos por um corpo em variações de *intensidade* dos afetos e que organiza essas modulações na *extensidade* do tempo e do espaço.

Assim, a partir da enunciação, o sujeito cria, no enunciado, uma espécie de campo de presença que atualiza, por meio das figuras e da articulação da pessoa, do tempo e do espaço do discurso, as dimensões do *sensível*, em que se verificam o *andamento* e a *tonicidade* dos afetos, e do *inteligível*, onde a afetividade é alocada na *temporalidade* e na *espacialidade* estabelecidas pela enunciação.

A partir desse modelo, o autor apresenta um aparato formal para observar no texto os *aumentos* e *diminuições* dessa afetividade postulando o que ele chama de uma sintaxe intensiva que considera as relações próprias do processo (relações “e...e”), em termos hjelmsleviano. Para Zilberberg:

[...] podemos introduz a hipótese relativa à inflexão tensiva da sintaxe: os termos do paradigma básico vão se tornando alternadamente objetos uns para os outros. Assim, um aumento tem por *objeto interno* uma diminuição e de igual modo uma diminuição tem por *objeto interno* um aumento. Essa imbricação fornece à sintaxe intensiva razão e necessidade, marcando-a com a modalidade antecipadora do precaver [prévenir] ou então com a modalidade reparadora do prover [subvenir], conforme o caso: se a diminuição for provável, o sujeito tentará precaver-se contra ela; se ela estiver em curso, o sujeito buscará absorver a falta que vai ganhando amplitude. (ZILBERBERG, 2011, p. 101 – grifos do autor)

A partir dessas considerações e pelo entrelaçamento de derivados da ascendência e da descendência, o autor elabora dois pares de categorias para a descrição da aspectualidade em discurso: (1) a *atenuação* e o *recrudescimento* e (2) a *minimização* e o *reestabelecimento*.

Em um enunciado, podem ser acionadas relações de transitividade e de reflexividade. No primeiro caso, ao situar as categorias nos estilos tensivos da ascendência e descendência, são gerados quatro sintagmáticas, com os quais se pode pensar o desenvolvimento discursivo. No que tange à descendência, uma atenuação tem como objeto um recrudescimento e tem por finalidade atenuar a intensidade visada por este último. Por outro lado, a minimização tende a retornar à nulidade de afeto que o reestabelecimento havia superado. No caso da ascendência, o reestabelecimento combate a minimização, e o recrudescimento se bate contra uma atenuação para restituir o impacto da tonicidade. Referentemente às relações de reflexividade, a enunciação tanto pode aumentar um reestabelecimento até o recrudescimento, ou seja, mais do mais, quanto diminuir uma atenuação até a minimização, isto é, aumentar a diminuição – menos do menos (ZILBERBERG, 2011, p. 102).

Zilberberg a partir dessas e de outras categorias – que não couberam nessa discussão por escaparem do foco deste trabalho – situa na análise do texto a dimensão afetiva do sujeito simulado em discurso explorando temas como a timia e a foria. Em dois artigos (ZILBERBERG, 2010; 2008), o autor mostra a relação que se pode estabelecer entre a afetividade – em termos tensivos – e a espacialidade construída no discurso.

Essa relação pode ser evidenciada pelo efeito de localização espacial. Por um lado, dois objetos podem ser localizados *objetivamente* por meio de uma debreagem que disjunge os objetos localizados no espado do sujeito que os observa, como acontece com os advérbios abaixo (*Assinale uma das alternativas abaixo*) e acima (*Os exemplos acima ilustram as ideias apresentadas*). Por outro lado, uma localização espacial pode ser pensada *subjetivamente* colocando o sujeito como o centro de referência de uma localização, a exemplo as expressões atrás (*Beatriz está atrás de mim na fila*) e à frente (*A casa está aqui à frente*). Dessa forma, abre-se o caminho para pensar como o espaço afeta o corpo e convoca, na análise, as dimensões do sensível e do inteligível.

Esses estudos de Zilberberg evidenciam, assim, a relação entre subjetividade e espacialidade, o que abre um caminho para o analista examinar a espacialização de algumas significações, como a intimidade (ZILBERBERG, 2008). Nesse trabalho, em especial, o autor aplica as categorias aspectuais da tensividade para mostrar como a articulação de um espaço e da afetividade sentida por um sujeito dentro de um regime tensivo que determina diferentes espacialidades, como *aberta* e *o fechada*. Aplicando ainda sobre estas últimas as categorias aspectuais, o intervalo releva em um extremo do aumento do fechado o *hermético*, ao passo que o aumento do aberto gera o *escancarado*. Assim, essas categorias espaciais não são tão somente descritivas de aspectos físicos de um lugar, mas também dizem respeito ao seu modo de percepção por um sujeito e podem carregar também matizes de afeto sentidos por ele.

Portanto, acreditamos que as formulações da tensividade em muito contribuem para pensar não apenas os discursos de uma forma geral, como também a construção do espaço e da subjetividade no texto. Nesse sentido, as formas espaciais podem ser relacionadas com as afetações sentido por um sujeito que, pelo ato enunciativo, cria um campo de presença onde localizar e organiza o espaço em torno do corpo tomando como critério uma espécie de “hierarquia sensível” – de empréstimo de Reinaldo Morais (2011).

4. CAPÍTULO III – ANÁLISE DO *CORPUS*

4.1. Considerações metodológicas.

Esclarecidos os fundamentos teóricos da espacialização, especialmente no tocante aos mecanismos enunciativos, enseja-se a análise do *corpus*. Contudo, é preciso antes detalhar os procedimentos com os quais vamos conduzi-la e justificar a escolha das amostras apresentadas neste trabalho.

A princípio, excluímos da análise textos em língua estrangeira, haja vista que enunciação presta contas com um sistema linguístico, cuja evolução tratou de estabelecer suas próprias relações entre forma e conteúdo e sua sistematização. Ao trazer para estas análises algum texto em língua estrangeira, corríamos o risco de levantar questões acerca de como diferentes sistemas codificam certos conteúdos, o que escapa do foco de interesse desta dissertação.

Evidentemente, essa escolha ainda nos coloca diante de incontáveis textos. Dessa forma, debruçamo-nos sobre os textos literários. Uma das razões que conduziu esse recorte foi o desejo de continuidade dos estudos semióticos acerca do texto literário (BERTRAND, 2003; FIORIN, 2016; LOPES 1993) e de preenchimento das lacunas quanto à espacialização e os efeitos de sentido que ela gera nesse tipo textual, além da complexidade do texto literário, que funciona como campo de prova da práxis discursiva.

A delimitação deste *corpus* é justificada em parte pelas considerações de Moisés (1973) e Dimas (1987), segundo as quais o espaço é um componente constitutivo do gênero narrativo, sobretudo no romance, cuja complexidade e extensão permite observar uma diversidade de significações que exploram a espacialidade. Contudo, não podemos nos limitar a esse único gênero discursivo, pois seria reduzir a riqueza do texto literário a apenas uma de suas muitas manifestações, também pretendemos mostrar o alcance analítico da teoria, o que nos leva a considerar outros gêneros.

A definição de Moisés responde a um paradigma literário. Porém, ao assumirmos um ponto de vista de uma semiótica discursiva que considera a enunciação como um princípio epistemológico, não podemos desconsiderar o espaço, na medida em que todo ato enunciativo cria um *hic*, que se manifesta em outras variantes do macrogênero em foco, como o conto.

Essas reflexões nos levaram a investigar como o espaço, do ponto de vista enunciativo, constitui-se como um elemento de significação nesse tipo de texto. Decidiu-se, então, considerar as narrativas – tomadas aqui no senso comum, e não na metalinguagem semiótica –, o que representa ainda um conjunto demasiado amplo para conduzir qualquer estudo. Desta forma, com base em nossas leituras anteriores ou concomitante à realização deste trabalho, fixamos – admitindo o caráter aleatório dessa triagem – um total de quatro obras em língua portuguesa – três romances e um conto.

Embora a análise integral de cada um dos textos rendesse um trabalho exaustivo acerca das categorias da semiótica, precisamos mais uma vez selecionar quais partes dessas obras seriam pertinentes para esta dissertação tendo em foco a espacialização e a construção da subjetividade no discurso. Assim, foram selecionados trechos dentro dessas narrativas que, sob uma primeira leitura, revelaram uma proeminência do espaço.

Esses trechos escolhidos têm em comum a articulação linguística do espaço, que, ao nosso ver, estabelece efeitos de sentido muito significativos para a construção da singularidade dessas obras. Escolhemos, assim, em *O Quinze*, de Rachel de Queiroz (1930/2011), a cena em que Chico Bento tenta manipular Cordulina a emigrarem para o norte do Brasil, por encontrarmos nela a oposição de dois espaços: um, imaginado e sonhado pelo marido, e outro, concreto e visualizado pela esposa. Essa passagem tornou oportuna algumas reflexões, como, para além dos encadeamentos figurativos constituintes dos cenários apresentados, o papel das operações enunciativas de estabelecê-los na cena narrada.

Outros fragmentos também foram analisados. Entre eles, está o do romance *Tanto faz*, de Reinaldo Moraes (1981/2011). Chamou nossa atenção uma das cenas iniciais da narrativa, em que o protagonista e narrador Ricardo se encontra em momento de reflexão sobre sua própria percepção das coisas, a qual é espacializada sob a forma de uma oposição *lá* e *aqui*. Isso nos levou então a examinar como a construção do espaço também pode levar à construção de uma subjetividade em discurso. Essa análise também aproximou nossa dissertação das discussões acerca dos valores afetivos postulados pela semiótica tensiva, mostrando que o aqui e o lá revelam diferentes zonas de sensorialidade do sujeito instalado no enunciado.

Seguindo essa direção, em trecho d'*Os coxos dançam sozinhos*, de José Prata (2005), também se identifica a construção dessa subjetividade. O romance conta em primeira pessoa a história do *serial killer* e inspetor de polícia Porto Brandão. Em uma de

suas maquinações psicóticas, o personagem forja uma identidade para atrair uma nova vítima, e, nesse momento, o espaço disjunge e conjuga ao mesmo a identidade do sujeito. Assim, foi possível examinar como o encadeamento de debreagens espaciais e actoriais vão construindo esse perfil multifacetado do policial Brandão.

Trecho do conto *O fio e as missangas*, de Mia Couto (2009), nos chamou a atenção pela presença da palavra “ali”, cuja análise revelou se tratar de uma posição enunciativa que evoca uma espécie de manipulação do saber, destinada do enunciador para seu enunciatário. Dessa forma, podemos mostrar como a espacialização programa a construção e a manipulação do saber no discurso enunciado.

Analizamos também como a espacialização instaura no discurso efeitos de sentido que podem ser traduzidos sob a forma da oposição entre o *sensível* e o *inteligível*, próxima às orientações da semiótica de tensiva de Zilberberg. Essa análise levou em conta não só a organização e a axiologização das figuras que revestem o espaço, como também deu conta, com especial atenção, dos mecanismos de debreagem espacial a fim de organizar a geração desses efeitos nos textos examinados.

Por fim, os textos aqui escolhidos exploram diferentes elementos constitutivos da espacialidade discursivamente construída, da espacialização e da subjetividade que desejamos explorar nesta dissertação. Admitimos ainda que a escolha do *corpus* indica um caminho para novos estudos mostrando o alcance heurístico da espacialização no exame da significação não só em texto literários, como também em demais tipologias textuais, dada a generalidade das categorias semióticas para a descrição de qualquer discurso.

4.2. Análise dos textos.

4.2.1. O sujeito obstinado entre o espaço pragmático e o espaço cognitivo em *O quinze*, de Rachel de Queiroz.

Chico Bento, na confiança de seu sonho, procurou animá-la, contando-lhe os mil casos de retirantes enriquecidos no Norte.

A voz lenta e cansada vibrava, erguia-se, parecia outra, abarcando projetos e ambições. E a imaginação esperançosa aplanava as estradas difíceis, esquecia saudades, fome e angústias, penetrava na sombra verde do Amazonas, vencida a natureza bruta, dominava as feras e as visagens, fazia dele rico e vencedor.

Cordulina ouvia, e abria seu coração àquela esperança, mas correndo os olhos nas paredes de taipa, pelo canto onde na redinha remendada o filho pequenino dormia, novamente, sentiu um aperto de saudade, e lastimou-se:

– Mas, Chico, eu tenho tanta pena da minha barraquinha! Onde é que a gente vai viver por esse mundão de Meu Deus?

O trecho extraído de *O quinze*, de Raquel de Queiroz, representa uma amostra bastante pertinente para demonstrar a relação que se pode estabelecer entre o espaço e a subjetividade gerada no discurso. Nele, somos apresentados a Chico Bento, personagem que, pelas dificuldades de subsistência advindas da seca, decide migrar para o Amazonas com sua família, contudo, tal projeto não é bem aceito por sua esposa, Cordulina. A cena aqui destacada se trata da discussão em que Chico tenta convencer a mulher a aderir ao empreendimento.

De início, no que diz respeito ao primeiro trecho, temos uma debreagem enunciativa (tanto actorial quanto espacial), em que o ator Chico Bento é apresentado como um sujeito que *crê intensamente* no seu sonho (*na confiança de seu sonho* – torna-se rico no Amazonas) e que, narrativamente, assume tanto a posição de um *sujeito do fazer* quanto de *destinador manipulador* (*procurou animá-la*) que tenta manipular Cordulina por sedução e tentação (*contando-lhe os mil casos de retirantes enriquecidos no Norte*). Dessa forma, procura estabelecer um contrato fiduciário com a esposa euforizando o objeto de valor *riqueza* a fim de que ela aceite sua proposta de transformação e de mudança. Como se pode ver, essa estratégia de manipulação se funda especialmente na colocação simultânea, no discurso de Chico Bento, de duas isotopias, a da riqueza, tônica (eufórica), e a da imigração, átona (não-eufórica ou não-disfórica).

No segundo trecho, embora se mantenha a debreagem enunciativa actorial e temporal, ocorre um fenômeno interessante, em relação à espacialização. Considerando que o espaço em que se desenvolve a manipulação responde à dimensão pragmática do discurso e é onde se encontram os atores em cena, percebe-se que o espaço projetado pela tonificação da voz de Chico Bento se lança para fora desse universo partilhado pelo casal, passando a ser considerado na dimensão cognitiva do discurso, estruturado a partir da imaginação dele. Interessante notar que a tonificação da voz de Chico Bento cria, do ponto de vista passional, o simulacro de um sujeito obstinado, modalizado por um querer-saber-poder-fazer, ainda que num nível virtualizado, pois têm-se, de fato, apenas um sujeito da crença e do desejo. Além disso, em termos tensivos, à medida que a voz ganha em intensidade (*a voz lenta e cansada vibrava, erguia-se, parecia outra*), passando de seu aspecto átono e habitual (*lenta e cansada*) e adquirindo um aspecto tônico e distinto (*erguia-se, parecia outra*), projeta-se, ao mesmo tempo, um espaço emissivo do desejo e da obstinação (um espaço que engloba *projetos* (saber-fazer) e *ambições* (querer-fazer) do personagem), em que ele, Chico Bento, sujeito absoluto de seu fazer nesse espaço, cumpre seu percurso narrativo e liquida sua falta.

Estabelecido, assim, espaço cognitivo, tem-se um encadeamento figurativo que atualiza um sujeito não somente do querer-fazer, manifestado pela figura do sonho, mas também do crer-saber-poder-fazer (*E a imaginação esperançosa aplanava as estradas difíceis, esquecia*

saudades, fome e angústias, penetrava na sombra verde do Amazonas, vencida a natureza bruta, dominava as feras e as visagens, fazia dele rico e vencedor).

É oportuno agora atentar para os verbos nessa parte do trecho sob análise. Do ponto de vista semiótico, os verbos no pretérito imperfeito (*esquecia, aplanava, penetrava, vencida e dominava*) produzem um efeito de sentido ambivalente: não deixam de acentuar o distanciamento temporal, a incerteza dessas ações, mas, ao mesmo tempo, pela própria sequência sintagmática, também colocam em presença o caráter cursivo das ações do personagem, borrando a fronteira espaço-temporal entre o alhures e o agora e o aqui e o lá. Com isso, esse espaço da “imaginação esperançosa” torna-se um lugar sem obstáculos e sem antissujeitos, o lugar de ações em que o sujeito Chico Bento crê ser absolutamente competente.

Concorrem assim nesse espaço cognitivo um *querer-fazer* e um *crer saber-poder-fazer*. É por meio desse conflito entre os dois espaços que se observa o estado de alma de um sujeito obstinado que quer e que sabe que pode fazer, ainda que não necessariamente o possa.

No terceiro parágrafo, Cordulina, por sua vez, parece aceitar o contrato fiduciário proposto por Chico Bento (*ouvia e abria seu coração àquela esperança*). Nessa parte do trecho, o aspecto imperfectivo do tempo pretérito das formas verbais destacadas acusa, no enunciado, uma duratividade do *fazer interpretativo* da esposa, a qual atualiza um *querer-crer* desse sujeito. Contudo, em seguida, desenvolve-se um encadeamento figurativo que atualiza Cordulina como um sujeito do *dever-não-crer* (*mas correndo os olhos nas paredes de taipa, pelo canto onde na redinha remendada o filho pequenino dormia, novamente, sentiu um aperto de saudade, e lastimou-se*). Esse mesmo encadeamento figurativo releva a presença forte do espaço pragmático (real) que atualiza esse *dever-não-crer*, onde entram em cena tanto o inteligível do discurso quanto (*correndo os olhos nas paredes de taipa*) o sensível pelas figuras no diminutivo (*redinha, filho pequenino*) as quais salientam a relação afetiva que Cordulina mantém com o espaço pragmático do aqui e do agora, e que disforiza o *querer-fazer* de Chico Bento. Vê-se, assim, que essa oposição representa a quebra no contrato fiduciário estabelecido por Chico Bento.

É preciso chamar a atenção ainda para as debreagens actoriais de segundo nível que projetam e organizam no enunciado duas formas discurso: o indireto e o direto, respectivamente. É por meio de um verbo valorativo (*lastimou-se*) que se introduz a fala de Cordulina em discurso direto que surge seu *fazer-interpretativo* e a sanção negativa em relação ao *fazer-persuasivo* de Chico Bento.

Essa debreagem enunciativa de segundo nível, que delega voz a Cordulina no discurso direto, confere intensidade ao espaço pragmático, ao passo que o espaço cognitivo de Chico de Bento perde sua força tímica. Basta observarmos a adversativa *mas* iniciando o enunciado, bem como a presença do intensificador *tanta* e do grau aumentativo em *mundão* (– *Mas, Chico, eu*

tenho tanta pena da minha barraquinha! Onde é que a gente vai viver por esse mundão de Meu Deus?)

Se, por um lado, *barraquinha* evoca um afeto forte de algo já conhecido e habitual, por outro, *mundão* remete no enunciado a um objeto novo e desconhecido que pouco afeta esse sujeito. Estabelece-se, assim, uma oposição tensiva entre o pequeno (*minha barraquinha*) e o grande (*mundão de Meu Deus*), em que *barraquinha* corresponde ao espaço afetivo da segurança, da familiaridade, do habitual, e *mundão* ao espaço do desconhecido e do imprevisível. Atentemos também para o fato de que o pronome possessivo *minha*, por ser debruado enunciativamente reforça essa afetividade e contrasta com o afastamento objetivante da debragem enunciativa de *mundão de Meu Deus*.

Assim, o trecho analisado encadeia dois conjuntos isotópicos que, por seus traços semânticos, criam um efeito de contraste. É possível, então, organizar esses conjuntos da descrição especial conforme a identificação de traços que sejam comuns entre as formas observadas no texto.

Tabela 2: Das isotopias do trecho de *O quinze*.

Temporalidade	
Projetos e Ambições	Saudade
Visualidade	
Sombra verde	Parede de taipa
Sustentabilidade	
Rico e vencedor	Redinha remendada
Aspecto temporal	
Erguia-se	Lastimou-se

Fonte: elaborado pelo autor.

As figuras do trecho em análise estabelecem uma oposição, marcada também pela mudança do foco da narração. Se, por um lado, no momento em que é narrado o espaço sonhado por Chico Bento, as figuras convocadas pela narração são identificadas na coluna à esquerda, por outro, a narração, em seguida, toma o olhar de Cordulina e evoca as aquelas à direita. Dessa forma, podemos sintetizar esses conjuntos em outros dois mais abrangentes: de um lado, a isotopia do imaginado, e, de outro, a isotopia do real.

Portanto, o espaço constrói-se figurativamente no trecho analisado sobre a oposição *imaginado vs. real*, que representam as instâncias do cognitivo e do pragmático no discurso. Nesse conflito, a narração, ora se aproxima do destinador da sedução em cena, ora do seu destinatário,

e, com essa dinâmica entre posições, observa-se uma axiologização dessas isotopias, cujos valores *eufórico/disfórico* se invertem à medida em que a narração assume um ponto de vista em detrimento de outro. Se, primeiramente, diante das dificuldades enfrentadas pela seca, Chico Bento é movido pelo desejo (querer-fazer) de emigrar, Cordulina, por sua vez, é comovida pelo temor e pelas incertezas de uma vida no Norte (dever-não-creer e não-saber-ser). Dessa forma, o enunciado, à medida que a narração dinamiza esses pontos de vista, estabelece dois universos de valor.

Tabela 3: Das axiologias do real e do imaginado.

	Chico Bento	Cordulina
Imaginado	eufórico	disfórico
Real	disfórico	eufórico

Fonte: elaborado pelo autor.

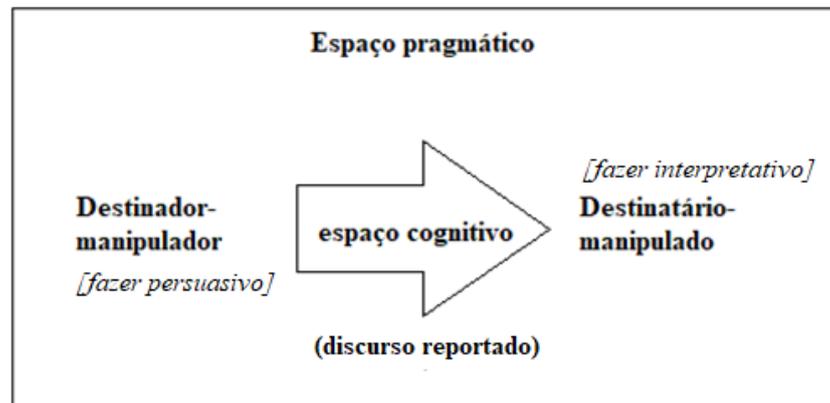
É preciso notar ainda que no texto o enunciador-narrador responde pelo espaço impessoal que regula graus de distâncias distintos do espaço cognitivo do sonho e do espaço pragmático do narrado.

Dessa forma, esse *espaço impessoal* serve à narrativa como um lugar por meio do qual o narrador pode focalizar ora a posição de Chico de Bento, ora a posição de Cordulina. Isso significa que, ao assumir uma dessas posições enunciativas, o leitor-enunciatário se insere num jogo de simulacros espaciais, ora objetivo, ora subjetivo

Por fim, destacamos no texto a convocação de um regime veridictório (*ser/parecer*) estabelecido pelo fazer persuasivo de Chico Bento e pelo fazer interpretativo de Cordulina. O discurso de Chico Bento é investido de figuras que reforçam a intenção do *dizer verdadeiro* contido em sua fala, como em “*na confiança do seu sonho*” e em “*contava-lhe os mil casos de retirantes que enriqueceram no Norte*”, de modo que as instâncias do ser e do parecer se alinham, instaurando no discurso do sertanejo um regime da ordem do ser. Nesse sentido, o espaço cognitivo é a forma pela qual o dizer verdadeiro de Chico é transmitido para Cordulina, o que configura esta como destinatário-manipulado e aquele como destinador-manipulador desse fazer persuasivo. Por outro lado, o espaço cognitivo é submetido também a um contrato fiduciário (saber/creer), o que considera o fazer persuasivo do destinador-manipulador e a adesão do seu dizer verdadeiro pelo destinatário-manipulado. Dessa forma, da parte de Chico Bento, observa-se em “*na confiança de seu sonho*” o ator representa o destinador de uma manipulação anterior ao trecho analisado, em que também se converte seu próprio destinatário, que sabe e que acredita nas promessas que a vida no Norte anuncia. Essa crença é espacializada pelas isotopias já comentadas

aqui. A partir desse momento, inicia-se o fazer persuasivo direcionado a Cordulina, e, igualmente, é estabelecido um contrato de fideducía entre o marido e a esposa. Contudo, a mulher, por seu turno, em seu fazer interpretativo, não adere ao dizer verdadeiro em jogo, como se vê em “*mas correndo os olhos pela parede de taipa, pelo canto onde na redinha armada o filho dormia [...] lastimou-se*”. Assim, figuras espaciais, como *parede*, que responde ao espaço pragmático, marcam no enunciado a relação entre crer e saber da parte de Cordulina – esposa sabe e não acredita na fala do marido. Podemos, então, representar essas relações sob a forma do esquema na figura a baixo.

Figura 3: Esquema da manipulação Chico-Cordulina



Fonte: figura elaborada pelo autor.

Conclui-se, portanto, que a disjunção espacial entre o cognitivo e o pragmático constitui o elemento regente do trecho sob análise, a qual organiza os encadeamentos figurativos de ordem espacial e atorial e estabelece a cena de conflito que marca o trecho em questão. É preciso considerar também essa articulação do espaço é resultado, especialmente, das operações de debragem e de embreagem espaciais identificadas a partir da análise do enunciado, de modo que a impessoalização do espaço permite à narração assumir diferentes pontos de vista e investir diferente isotopias espaciais, actoriais e temporais, por exemplo. Dessa forma, a espacialização mostra como a articulação do espaço pode ordenar um inteiro universo discursivamente construído.

4.2.2. A espacialização e a organização sensível da realidade em *Tanto Faz*, de Reinaldo Moraes

Passemos agora à análise de um trecho do romance *Tanto faz*, de Reinaldo Moraes, em que o narrador-personagem se encontra em seu quarto bebendo cerveja, como de costume. O foco aqui é analisar como se dá a regulação do espaço tensivo criado pelo

enunciador ao se desdobrar em duas instâncias enunciantes, uma de ordem mais inteligível, a do narrador-observador, e outra, de ordem mais sensível, a do actante do plano do narrado:

Matutando. A cidade está fora do meu quarto, mas eu estou dentro da cidade. Dentro e fora. A hierarquia sensível da realidade é a seguinte: primeiro meu quarto e a cidade lá fora. Aí vem o país e o mundo. O país e o mundo são notícias impressas no jornal intacto jogado no chão. Um gole descuidado de cerveja faz um fio gelado lhe escorrer pelo canto da boca e pingar em seu peito cabeludo. Corrige-se: primeiro meu corpo. Depois o quarto, a cidade, o país, o mundo. (MORAES, Reinaldo. 2011, págs. 11-12)

A palavra *matutando*, na medida em que inaugura o trecho analisado e em que é sinônimo de pensar, de encontrar um raciocínio coerente acerca de algo, projeta no enunciado a dimensão cognitiva do discurso, onde, por definição, é mobilizado e articulado um *saber*. Em termos tensivos, temos um texto inicialmente regido pela dimensão da extensidade, cuja espacialidade é marcada pela ordem da medida, da triagem e da abertura. No entanto, como veremos, essa espacialidade se tonifica e ganha matizes de intensidade, de afetividade, a partir do grau de presença no sujeito no espaço-enunciado.

Observemos, também, que, no nível da sintaxe discursiva, a palavra *matutando*, vista na sua forma no gerúndio, não nos permite, de início, identificar se se trata de um enunciado debreado enuncivamente ou enunciativamente embora, logo em seguida, tenhamos uma marca que indica a colocação de um *eu* projetado no enunciado (*meu quarto*) e, conseqüentemente, operador do fazer-saber. Portanto, nesse primeiro momento, o sujeito que “matuta” é um sujeito que se projeta no enunciado sob a forma do “eu”, estabelecendo, no texto, as coordenadas enunciativas do *eu-aqui-agora*.

Note-se, entretanto, que, logo depois, uma debreagem enunciva instala outra instância enunciativa (*Um gole descuidado de cerveja faz um fio gelado lhe escorrer pelo canto da boca e pingar em seu peito cabeludo*). Se, num primeiro momento, a debreagem enunciativa (*meu quarto*) diz respeito ao sujeito que se enuncia no enunciado, agora, temos outra configuração enunciativa: se considerarmos que o narrador não marca explicitamente o discurso direto, alternando debreagem enunciva com debreagem enunciativa, a palavra *matutando* pode também se referir a um *ele*. Nesse caso, instaura-se um “hipersaber”, uma instância para a qual essa ação se desenvolve e é descrita, isto é, um outro ponto de vista, agora, objetivado por um *observador*, entendido como o

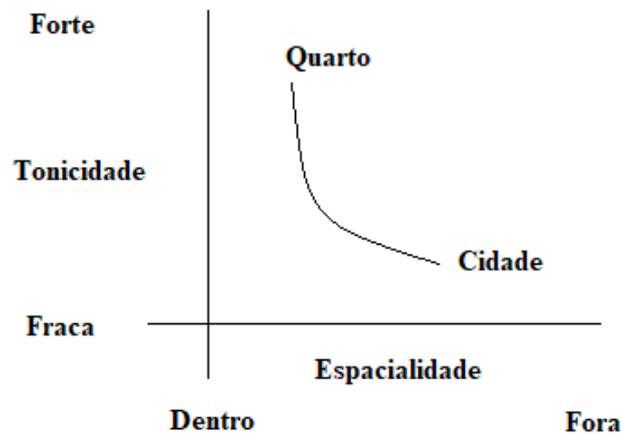
agenciador dos pontos de vista que regulam os modos pelos quais o enunciado pode ser apreendido (SARAIVA e LEITE, 2013).

Dessa forma, estabelecem-se duas instâncias de saber: uma do actante do enunciado que descreve o que sabe e outra do observador que detém o hipersaber – este último sabe mais do que o locutor da fala.

Definidas as instâncias de saber e os simulacros de observação inscritas no enunciado que ordenam o universo discursivo em análise, desencadeiam-se no texto duas isotopias figurativas espaciais: uma que tematiza o englobamento e outra do posicionamento (*A cidade está fora do meu quarto, mas eu estou dentro da cidade.*). Se, no texto, por um lado, *quarto* e *cidade* estabelecem entre si uma relação de *englobamento* (englobante/englobado), por outro, *dentro* e *fora* falam mais de *posições*. Tais temas atualizam figurativamente no enunciado esse sujeito que quer e faz saber – questionando-se acerca de seu lugar dentro desse universo discursivo.

Quanto às posições, percebe-se projetado no enunciado o fora (*A cidade está fora do meu quarto*) conforme marcas predominantemente enuncivas (*ele-lá*), o que configura um distanciamento entre o sujeito que se enuncia e o espaço tal como percebido por ele. Contudo, opera-se no texto, do ponto de vista de uma sintaxe intensiva, um *reestabelecimento* do dentro (*mas eu estou dentro da cidade*), que, por sua vez, é projetado no enunciado com marcas predominantemente enunciativas (*eu-agora*), conferindo intensidade a esse espaço e aproximando-o do centro do campo de presença desse enunciador. Observa-se, então, uma variação de intensidade espacializada a partir das figuras *quarto* e *cidade*, as quais atualizam, no texto, uma *espacialidade tensiva*, na medida em que as figuras em destaque designam espaço, e da *tonicidade*, tendo em vista que se operam diferentes modulações de uma força tímica, percebidas no campo de presença sujeito que se enuncia no texto. Assim, pode-se representar essas relações por meio de um gráfico tensivo.

Gráfico 1: Regime tensivo do espaço em *Tanto faz*, de Reinaldo Moares.



Fonte: elaborado pelo autor.

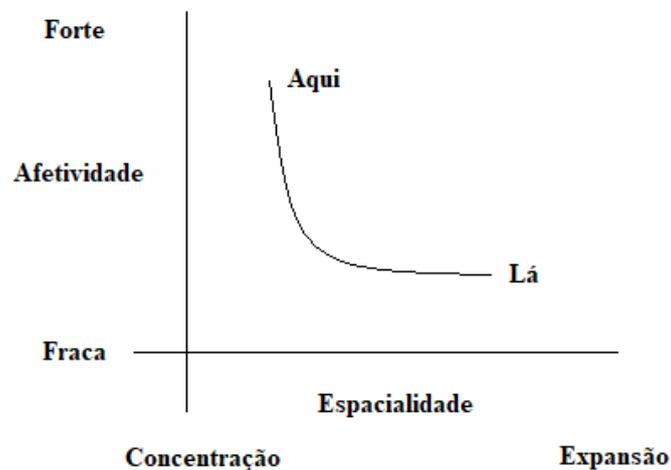
Portanto, no texto, têm-se um sujeito que percebe seu campo de presença e o elabora como o objeto de saber visado pelo programa narrativo de busca que empreende. A espacialidade dentro/fora atualiza esse saber e revela o modo como percebe a si mesmo e os demais objetos presentes nesse universo discursivo.

Sobre a relação de englobamento estabelecida no enunciado, pode-se organizar os encadeamentos figurativos espaciais do texto conforme os valores *englobante/englobado*. Ao estabelecer o espaço “cidade” do lado de fora, o enunciador o institui como o espaço englobante, e, em seguida, o “quarto” se encontra por ele englobado. O texto indica que essa espacialidade discursivamente construída é regida por esses valores, o que ganha força no enunciado com a frase “*Dentro e fora*”. Dessa forma, tendo em vista também a força tímica do espaço quarto, o que sugere que essa espécie de campo de presença é atualizada discursivamente por meio de um encadeamento figurativo organizado conforme relações de englobamento.

Essa configuração do espaço se estabelece no texto sob a forma de uma hierarquia (A hierarquia sensível da realidade é a seguinte: primeiro meu quarto e a cidade lá fora). No enunciado, observa-se se confere mais força à tensão entre as dimensões do *inteligível* (hierarquia) e do *sensível* (sensível da realidade), de modo que o sujeito que se enuncia assume suas afetações ao mesmo tempo que as organiza conforme ele sente suas variações de intensidade (primeiro meu quarto e a cidade lá fora). Dessa forma, o texto indica, pela consecutividade dos sintagmas “primeiro meu quarto” e “cidade lá fora”, uma expansão dessa espacialidade – do concentrado do *quarto* ao difuso da *cidade*.

Essa expansão do espaço também é projetada no enunciado a partir da oposição entre as categorias enunciativas *aqui* e *lá*, manifestadas pelas figuras *quarto* e *cidade*, respectivamente. Nesse sentido, considerando que a hierarquia proposta pelo sujeito responde prioritariamente à ordem do sensível, estabelece-se o *aqui* como o espaço regente dessa organização, a partir do qual o *lá* (englobante) é projetado no texto. Essa articulação enunciativa do espaço cria um efeito do qual se fazem sentir, no texto, uma *aproximação* e um *afastamento*, as quais ressaltam estados de afetação desse sujeito.

Gráfico 2: Da topografia tensiva de Tanto Faz



Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, os objetos que estão mais próximo e que mais afetam o sujeito se aloca no *aqui*, enquanto que os mais distantes e apáticos em relação à sua percepção estão postos no *lá*. É dessa maneira que o sujeito vai organizando, nas dimensões cognitiva e pragmáticas do discurso, essa espacialidade, que, se antes estava aparentemente desorganizada de modo que as figuras e as coordenadas espaciais, agora encontra uma hierarquia, cujo elemento regulador se encontra nas modulações afetividade sentidas por esse sujeito.

Portanto, a espacialidade construída no texto representa a forma pela qual o sujeito manifesta discursivamente a sua percepção da realidade em volta, estabelecendo uma relação entre a afetividade sentida pelo sujeito a partir dos objetos em seu entorno e a espacialidade que aloca essas modulações de afeto. Nesse sentido, a espacialização não apenas localiza os acontecimentos e os objetos no discurso como tão somente atualiza

programas narrativos, mas também cria efeitos que salientam essa dimensão afetiva no discurso como a aproximação e o distanciamento observados nesta análise.

As formas espaciais empregadas conferem a essa afetividade no discurso uma espécie de progressão que vai dos aspectos mais tônicos dos afetos até os mais átonos, o que denota a construção de uma gradualidade afetivo-espacial no texto.

Até o momento, a análise tem demonstrado como, no enunciado, o sujeito estabelece as coordenadas espaciais (aqui/lá) e as reveste com figuras (cidade, quarto, fora, dentro) pelas quais projeta as instâncias do inteligível e do sensível. Contudo, observa-se que a oposição aqui/lá gera uma espécie de intervalo, de modo que algumas significações podem ser observadas dentro e fora dele. Se, por um lado, o intervalo aqui/lá descreve o andamento da diminuição da afetividade (primeiro meu quarto e a cidade lá fora), por outro, o texto, em seguida, ultrapassa esse intervalo e, com isso, diminui ainda mais o afeto sentido pelo sujeito (Aí vem o país e o mundo). Portanto, observa-se que se operam no discurso em análise se opera uma diminuição e, conseqüentemente, um aumento.

Pode-se observar, no texto, que essa diminuição de afetividade se dá, em primeiro lugar, dado o universo de valores estabelecido, conforme o qual a expansão e difusão espaciais implicam na atonia da afetividade, pelas figuras *país* e *mundo*, as quais ressaltam um aumento na difusão do espaço. Esse efeito de diminuição do espaço “país e mundo” é intensificado ainda com a figura do chão (O país e o mundo são notícias impressas no jornal intacto jogado no chão), que aloca o espaço “país e mundo”, isto é, o mais afastado, na topografia do quarto de forma átona – sentido atribuído pela sequência figurativa “intacto” e “jogado”. Esse enunciador, então, sente o país e o mundo como fora do seu campo de interesse e com uma baixa intensidade.

Nota-se ainda que se opera uma debreagem a partir da qual o sujeito que se enuncia assume outro ponto de vista, manifestado no texto sob a forma do advérbio *aí*. Dessa forma, o sujeito afasta-se da dimensão pragmática do discurso, onde estão os objetos e os espaços que ele percebe, e se reaproxima da cognitiva, alocando *país* e *mundo* fora da instância *aqui-lá*.

Esse afastamento acompanha uma diminuição acentuada da afetividade, atualizada em discurso pelo encadeamento figurativo seguinte (O país e o mundo são notícias impressas no jornal intacto jogado no chão). É interessante notar as palavras *intacto*, *jogado*, *chão*, as quais atribuem a *país* e *mundo* um valor disfórico. Assim, se o

afastamento analisado é sentido com uma baixa força tímica, pode-se presumir que a aproximação é eufórica nesse texto.

Tal valoração ainda pode ser analisada a partir da frase seguinte (Um gole descuidado de cerveja faz um fio gelado lhe escorrer pelo canto da boca e pingar em seu peito cabeludo). Observa-se no enunciado a presença de um *ele*, contudo essa terceira é uma projeção embreada do próprio sujeito enunciante, o que coloca o sujeito na posição de um observador para o qual ação descrita no enunciado se desenvolve. Essa embreagem actorial enuncia atualiza, no discurso, um sujeito tomado pela força do acontecimento (Um gole descuidado), marcado pela pontualidade expressa nas palavras *faz*, *escorrer*, *pingar*. A partir desse assomo, o sujeito é atualizado como operador de um fazer (corrige-se), ação também marcada pelo aspecto pontual do verbo, o que imprime no enunciado um andamento rápido e tônico, sentido no texto como um aumento de intensidade.

Ao assumir essa posição de observador do próprio fazer, permite-se ao sujeito alocar-se na dimensão cognitiva do discurso, em que se torna o destinador-manipulador do seu saber. Em seguida, o sujeito opera uma debreagem de segundo nível, simulando, no enunciado, a sua fala (Corrige-se: primeiro meu corpo. Depois o quarto, a cidade, o país, o mundo). Dessa forma, constitui-se um novo saber – advindo da experiência do acontecimento – segundo o qual são reorganizadas as espacialidades e realocados os afetos.

Do assomo do acontecimento à sua resolução, percebe-se, pelo encadeamento de figuras como *peito cabeludo*, *canto da boca* e *fio gelado*, a construção de uma isotopia do corpo a qual tematiza uma sensibilidade corporal, o que projeta também no enunciado a dimensão pragmática do discurso. Essa isotopia, por sua vez, inaugura a presença de um corpo sensível que capta os acontecimentos e sente a materialidade dos objetos, reiterando afetividade elaborado no texto. Dessa força, em sua fala (Corrige-se: primeiro meu corpo. Depois o quarto, a cidade, o país, o mundo), o sujeito coloca esse corpo no topo da hierarquia sensível por meio da figura *primeiro meu corpo*, de modo que se estabelece mais um espaço obedecendo as relações de englobamento e as modulações de afetividade. Tem-se, assim, o seguinte esquema topológico elaborado pelo sujeito que se enuncia:

Figura 4: Topografia discursiva em *Tanto faz*.



Fonte: elaborada pelo autor.

Ao passo que, nesse universo de valores, os espaços mais expandidos e englobantes são os que menos afetam o sujeito, toma-se o corpo como um lugar de alta sensibilidade, em que as afetações sentidas por esse sujeito são as mais percebidas por ele. Portanto, verifica-se, no texto, *aumentos e diminuições* das categorias da afetividade e do englobamento, ou ainda, da espacialidade em termos de expansão/contração, de forma que os espaços apresentados no enunciado podem ser organizados nos seguintes esquemas.

Tabela 4: Aspectualização da espacialidade.

	Concentração do espaço	Difusão do espaço
Aumento	corpo	país e mundo
Diminuição	quarto	cidade

Tabela 5: Aspectualização da afetividade.

	Afetividade forte	Afetividade fraca
Aumento	corpo	país e mundo
Diminuição	quarto	cidade

Fonte: elaboradas pelo autor.

Do ponto de vista sintático, considerando as coordenadas enunciativas espaciais aqui/lá como um intervalo entre a afetação forte e sua atonia e que atualiza no discurso uma aproximação e um afastamento, pode-se dizer que *país e mundo* e *meu corpo* ultrapassam os limites desse intervalo e se inserem numa nova organização do espaço que

prevê o aumento dos valores *próximo* e *distante* conferidos às coordenadas espaciais citadas, conforme o esquema abaixo:

Tabela 6: Dos valores aplicados sobre as coordenadas espaciais.

Aqui (próximo)	meu corpo	Lá (distante)	país e mundo
	meu quarto		cidade

Fonte: elaborada pelo autor.

A organização do período (*primeiro meu corpo. Depois o quarto, a cidade, o país, o mundo*), pela pontualidade marcada na primeira frase, aplica no enunciado uma força euforizante sobre o aqui (próximo), enquanto que, dado o paralelismo das formas seguintes, a oração desforiza do lá (distante), o que corrobora a tese de que o espaço aqui, isto é, próprio desse sujeito que se enuncia, o lugar por ele visado, ao passo que o lá é percebido à margem de seu campo de presença.

Dessa forma, pode-se verificar no enunciado o desenvolvimento de uma marcha, em cujo processo se verifica uma *atenuação* do lá (distante) para o *reestabelecimento* do aqui (próximo). No andamento dessa marcha, com o estabelecimento da isotopia do corpo, opera-se, no texto, um *recrudescimento* desse aqui, projetando com intensidade um espaço concentrado e de forte afetação.

Portanto, a nível do sentido global do texto, pode-se dizer que, por meio das figuras e das coordenadas espaciais, o sujeito que se enuncia no texto elabora em discurso sua percepção da realidade e o saber acerca dela. Além disso, ainda se valendo das mesmas formas enunciativas, consegue descrever o processo pelo qual fazer perceber e conhecer seu espaço. Nesse sentido, a espacialização não apenas localizou os objetos tão somente programou o fazer-saber inscrito no início do enunciado, mas também conferiu ao texto uma procedualidade a partir da qual se pode verificar as modulações da afetividade sentidas pelo sujeito projetado no enunciado e as mutações e os movimentos espaciais observáveis no texto.

Podemos concluir, assim, que o *recrudescimento* do aqui pela força de assunção enunciativa do eu que se afirma pela figura do corpo privilegia os objetos e os acontecimentos mais próximos e imediatos a esse centro enunciativo, pouco importando os eventos da cidade, do país e do mundo. Em suma, embora o sujeito, inicialmente,

mobilize seu saber pelo regime de abertura, disforizando o espaço de dentro e euforizando o de fora, termina por intensificar e euforizar, às custas de um acontecimento sensível (um gole descuidado de cerveja faz um fio gelado lhe escorrer pelo canto da boca e pingar em seu peito cabeludo), o espaço do corpo, do eu e do aqui enunciativos, restabelecendo o controle do seu saber e da *hierarquia sensível da realidade*.

4.2.3. O espaço hermético e a solidão espacializada em *O fio e as missangas*, de Mia Couto.

Em continuidade com as análises empreendidas neste trabalho, examinaremos agora o trecho inicial do conto de Mia Couto (2009) – *O fio e as missangas*.

Encontro JMC sentado num banco de jardim. Está recatado, em solene solidão, como se só ali, em assento público, encontrasse privacidade. Ou como se aquele fosse seu único recinto de toda a vida a morar. Em volta, o tempo intacto, só com as horas certas.

Nunca soube seu nome por extenso. Creio que ninguém sabe, nem mesmo ele. As pessoas chamam-no assim, soletrando as iniciais: *jota eme cê*.

Saúdo-o, em inclinação respeitosa. Ele ergue os olhos como se a luz fosse excessiva. Um subtil agitar dedos: ele quer que eu me sente e o salve da solidão. (COUTO, Mia. 2009, p. 65 – grifos do autor)

O verbo encontrar, dado o significado que o lexema recobre, encena, no início do conto, o fazer operador de uma junção entre um *sujeito* e um *objeto valor*. Essa relação de junção é revestida, no nível do discurso, pela projeção de um *eu*, depreendido a partir a marcada de primeira pessoa singular presente no verbo (*encontro*), cuja transitividade atualiza também o objeto visado por esse sujeito e com o qual ele entrou em junção sob a forma da figura “JMC”. Dessa maneira, a discursivização projeta a cena narrada em um universo do *eu-aqui- agora*, em que ocorre uma concomitância entre o momento da fala desse enunciadador-narrador e os eventos narrados no espaço-tempo por ele projetados no enunciado.

Essa ordenação das coordenadas pessoa-tempo-espaciais assume, no enunciado, um ponto de vista para o qual os objetos aparecem e são localizados no tempo e no espaço. A partir desse ponto de vista, tem-se o ator JMC, cujo nome está sob a forma de uma sigla, a respeito da qual podem ser levantadas duas hipóteses: por um lado, JMC pode se tratar de uma forma de tratamento informal dirigida a alguém com quem se reserva certa afeição, porém, por outro lado, a sigla em questão pode significar um desconhecimento

acerca do nome por extenso desse sujeito. Assim, JMC é apresentado como um objeto que adentra no campo de presença desse enunciador em um *andamento rápido* e uma *tonicidade forte* devidos à pontualidade do verbo encontrar na frase de modo que a força desse acontecimento e a presença do ator dão ensejo à narrativa.

Contudo, se se percebe, por um lado, esse aumento na foria pela figura de JMC, por outro, os objetos que o entornam (sentado num banco de jardim) contrastam em sua disforização. Nota-se a ausência de qualquer artigo definido não confere destaque algum aos objetos apresentados no sintagma (banco e jardim). Esse espaço figurativamente construído, então, torna-se um elemento disfórico por essa indeterminação dos objetos – JMC se sobressai aos olhos do enunciador, ao passo que o espaço onde ele se localiza reside sobre ordem do ordinário. Tratando-se de um campo presença desse enunciador projetado no eu, é possível dizer que JMC se aproxima de seu centro, e o espaço se coloca à margem dele.

Ao assumir esse ponto de vista, o enunciador desencadeia uma descrição da situação em que JMC se encontra (Está recatado, em solene solidão, como se só ali, em assento público, encontrasse privacidade). Em uma primeira análise, é interessante notar uma oposição entre as figuras *assento público* e *privacidade*, a qual levanta no texto o tema do regimento de uma espacialidade, que pode ser descrito conforme as categorias semânticas *público/privado*. Contudo, outras figuras também compõem o enunciado e investem de sentido essa oposição, de modo que o público, ao associar-se a “bando de jardim”, convoca uma nova categoria: a *abertura*. Por outro lado, o privado aproxima-se de outras figuras, como “só”, “solidão” e “recatado”, o que estabelece um conjunto isotópico que tematiza o *fechamento*. Esses encadeamentos figurativos fazem sentir no andamento do discurso a abertura cedendo lugar ao fechamento de modo que essa alternância cria um efeito de pulsação do espaço – ora o espaço se abre, ora o espaço se fecha.

Formulada, assim, essa oposição fundamental, ela pode ser submetida a uma axiologia, em termos de *eufórico/disfórico*, que releve os diferentes valores que cada categoria semântica assume no texto. Nessa direção, ainda analisando as figuras apresentadas no texto, percebe-se que indeterminação dos objetos no espaço jardim faz sentir uma atonia na força tímica desse discurso, o que confere a esse espaço uma disforia. Por outro lado, as figuras parecem atualizar também dois espaços dentro do jardim de modo que a palavra “recatado”, visto que convoca um sentido privação, cria um espaço

disjunto do jardim, que é centralizado a partir da presença de JMC. Visualizam-se dois espaços concorrendo no enunciado: um espaço do jardim, que tematiza a abertura, e um espaço de privação, que tematiza o fechamento.

Assim, tendo em vista que ao espaço do jardim, público e aberto se atribui um valor disfórico, o texto caminha para uma euforização do espaço privado. Se, por um lado, os objetos do jardim não se sobressaiam no campo de presença do enunciador, por outro, o espaço privado é sentido com uma alta intensidade. Essa intensidade é sentida pelo encadeamento figurativo seguinte a palavra “recatado”. Nota-se, então, o lexema “solene”, que levanta no texto um sentido de suntuosidade, de algo especial e único, euforizando o espaço privado, em detrimento do público. Nessa direção, percebe-se ainda que a construção do espaço privado no enunciado é mais minuciosa em comparação com a do espaço público, conforme tabela abaixo:

Tabela 7: Da construção figurativa dos espaços em *O fio e as missangas*.

Espaço público	Espaço privado
Banco	Recatado
Jardim	Solene
Assento público	Só
	Ali
	Privacidade

Fonte: elaborado pelo autor.

Os indícios apresentados até aqui levam a análise a concluir que a categoria semântica do aberto está para o valor disfórico, ao passo que a categoria do fechado está para o valor eufórico nesse texto. Do ponto de vista de uma sintaxe fundamental, observa-se no texto uma negação do aberto seguida de uma afirmação do fechado. Tal procedimento pode ser observado a partir da distribuição figurativa no enunciado. Primeiramente, percebe-se a colação dos objetos do espaço jardim sem a determinação de um artigo definido, o que atribui a eles um caráter ordinário e comum. Em seguida, essa valoração do jardim contrasta com a solenidade do espaço privado, a qual nega a abertura em favor do fechamento. Na continuidade do texto, desenvolve-se uma isotopia que afirma no enunciado o fechado (em solene solidão, como se só ali) de modo que, ao final da oração (em assento público, encontrasse privacidade), ocorre essa afirmação do fechado, sentida, pelo contraste entre as figuras público e privacidade, com uma alta força tímica. Portanto, pode-se dizer que os temas da solidão e de privação são sentidos com

mais intensidade no texto, enquanto que o tema da abertura se coloca à margem do campo de presença desse enunciador.

No que tange à sintaxe discursiva, a espacialização projetada no enunciado um *ali* que distancia o enunciador da cena que participa para ocupar a posição de um *observador*. Dessa forma, o enunciador convoca um saber que supõe ser verdadeiro acerca da solidão de JMC (como se só ali, em assento público, encontrasse privacidade). Esse saber se reitera pelo encadeamento figurativo seguinte (Ou como se aquele fosse seu único recinto de toda a vida a morar).

Assim, a espacialização projetada no enunciado as dimensões pragmática, marcada pelas marcas enunciativas do *eu-aqui-agora* (encontro), e a cognitiva, em que os objetos são projetados enuncivamente, como indicado pelo modo subjuntivo dos verbos e pela presença predominante da terceira pessoa. Essa articulação cria no texto um efeito de pensamento enunciado de modo que é apresentada atualização do saber do enunciador (Nunca soube seu nome por extenso. Creio que ninguém sabe, nem mesmo ele. As pessoas chamam-no assim, soletrando as iniciais: jota eme cê). Esse enunciador assume, então, um *não saber-ser* (Nunca soube) acerca do nome de JMC e um *saber não-ser* sobre a alcunha do personagem (As pessoas chamam-no, assim, soletrando as iniciais: jota eme cê).

Portanto, o espaço, do ponto de vista figurativo, vai sendo construído no texto a partir de figuras que convocam os temas da privação, do fechamento e da solidão, e, quanto à sintaxe espacial discursiva, percebe-se uma organização que distancia os espaços do enunciador e do personagem JMC. Essa configuração discursiva releva que, embora o enunciador se sinta afetado pela solidão do ator, os personagens não partilham uma relação de proximidade, cujo afeto receba uma manutenção constante. Tal fato reforça ainda a hipótese do fechamento de JMC em relação ao mundo em sua volta, o que configura sua solidão.

O enunciador, ao perceber essa solidão de JMC, transpõe-e ao nível do narrado por meio de uma debreagem enunciativa (Saúdo-o) que projeta a dimensão pragmática do discurso. Nesse caminho, estabelece-se no texto uma isotopia da suntuosidade. A solidão apresentada é “solene”, e o enunciador, ao dirigir-se a JMC, realiza uma “inclinação respeitosa”. Assim, esse enunciador se atualiza como o sujeito de um *dever-fazer*, atualizado no discurso sob a forma de tratamento que descreve ao interagir com o personagem.

Novamente, percebe-se um distanciamento a partir de uma debreagem enunciativa que projeta um *ele* de modo que o enunciado assume mais uma vez a posição de observador (Ele ergue os olhos como se a luz fosse excessiva). A partir dessa posição, entra no campo de presença desse enunciatador um acontecimento que responde à ordem do *pervir* (Um subtil agitar dedos). Esse acontecimento atualiza no enunciado uma sanção positiva ao fazer mobilizado pelo dever representado no enunciado pela isotopia da suntuosidade.

Em seguida, o enunciatador, a partir da dimensão cognitiva, atualiza um saber-se, segundo o qual JMC responde ao papel do destinatador de um querer cujo destinatário é o próprio enunciatador (ele quer que eu me sente e o salve da solidão).

Portanto, a espacialidade que se constrói nesse texto é regida por uma espécie de triagem tónica que fecha o espaço e impõe obstáculo ao acesso a ele, isto é, um dever-fazer sobre o sujeito que o visa. Essa configuração espacial, juntamente com disforização do entorno e com a cisão do espaço entre o jardim e JMC, cria uma espécie de estado de solidão que se manifesta pelas formas espaciais aqui destacadas.

4.2.4. A localização espacial da identidade do sujeito em *Os coxos dançam sozinhos*, de José Prata.

Seguimos agora com a análise de trecho do romance *Os coxos dançam sozinhos*, de José Prata, em que se desenvolve uma negociação entre o inspetor de polícia Porto Brandão e uma prostituta para a contratação de seus serviços. É preciso dizer ainda que Brandão, além policial, é um assassino em série que tem como alvos prostitutas acima dos cinquenta anos de idade e loiras. Contudo, por ironia narrativa, coube ao protagonista investigar seus crimes, e boa parte do romance mostra suas artimanhas, como a apresentada no trecho em destaque, para esconder a verdadeira identidade do criminoso.

– Então está bem, fico à espera. Diga só o seu nome que é para eu saber quem telefonou.

– Pois com certeza, Abílio Alminha, ao seu dispor.

(Ainda estive para lhe dizer que o meu retrato-robô vinha no *Tal & Qual*, achei melhor não, esta gente assusta-se por tudo e por nada. Vamos, mas é para casa trocar de equipamento, que aqui da cabina não dá jeito. *Alter ego* aqui vou eu) (PRATA, J. 2005, págs. 67-68 – grifos do autor)

Uma primeira observação a cerca desse trecho diz respeito às marcações gráficas por travessões e parênteses que parecem criar disjunções – em sentido *lato* – ao longo do texto. Podemos observar que o travessão, no início do trecho em análise, divide as instâncias do interlocutor e do interlocutário e sinaliza a assunção de fala por um eu.

Essa delegação de uma fala é resultante de uma debreagem de segundo nível, a qual transpõe o leitor-enunciário do nível da narração para a instância de interlocução, o que projeta no enunciado uma ordenação do *eu-aqui- agora*. O actante dessa interlocução se coloca como o sujeito de uma sanção positiva a um fazer (*Então está bem*) – que, pelo contexto geral da narrativa, supõe-se ser um fazer manipulador. A prostituta aceita, então, o fazer que lhe foi destinado pelo manipulador destinador (fico à espera).

Em seguida, esse interlocutor, por meio do verbo dizer na sua forma imperativa, projeta na sua fala um “tu” que pode identificado como o operador da manipulação e com o qual a prostituta parece estabelecer um contrato de confiança – ela *crer* no seu interlocutor (*Diga só o seu nome que é para eu saber quem telefonou*). Observa-se nesse trecho que a palavra “só” reforça esse contrato de confiança, colocando como objeto do foco desse sujeito o nome, um revestimento semântico vazio para recobrir e determinar a identidade desse “tu”.

Nota-se, então, uma inversão dos papéis de interlocutor e interlocutário desempenhados no início do texto pela colocação do segundo travessão no texto. Nesse instante, esse “tu” assume sua fala sob a forma do “eu”. Esse sujeito, então, coloca-se como solidário à demanda de seu interlocutário (*Pois com certeza, ao seu dispor*), reforçando a fidúcia estabelecida nessa negociação. Não se identificam, portanto, quaisquer obstáculos ou antissujeitos ao programa de manipulação desse sujeito.

A partir desse momento, estabelece-se no enunciado uma isotopia atorial (*Abílio Alminha*) que tematiza identidade desse actante da interlocução. Por outro lado, opera-se no texto uma nova disjunção textual pela presença dos parênteses, o que marca a saída da *dimensão pragmática*, isto é, o lugar manipulação aqui examinada, e adentra-se na *dimensão cognitiva* do discurso.

Isso se evidencia pela debreagem de um marco temporal *então* (*Ainda estive para lhe dizer*), o que afasta, pela temporalidade, esse enunciador-narrador dos acontecimentos narrados. Assume-se, então, a posição de um *observador* que projeta na dimensão cognitiva, por meio de uma dupla debreagem, (1) o sujeito observado (*estive para lhe dizer*) e (2) o sujeito que o observa.

Na medida em que esse enunciador se disjunge da dimensão pragmática, em que se projetava como o ator Alábio Alminha, ele se coloca, nessa isotopia da identidade, como Porto Brandão, o que manifesta, no discurso, o regime veridictório da mentira (*parecer/não-ser*). Assim, são estabelecidas, no enunciado, duas instâncias identidade desse sujeito: uma é regida pelo *parecer* revestido pelo ator Abílio Alminha e a outra pelo *ser*, discursivizada pela figura Porto Brandão.

Quanto à pessoa, projeta-se por uma embreagem enunciativa um *eu* na instância do *ele* (*Ainda estive para lhe dizer*) a partir do qual se colocam um *eu* narrado, localizado na dimensão pragmática, e um *eu* que narra, na dimensão cognitiva. Ao estabelecer essas duas instâncias da pessoa do discurso, o enunciador ordena uma *lá-então* e retoma um *saber* do sujeito narrado, de modo que ele se distancia cena narrada e assume o papel de sancionador de seu programa de manipulação. Dessa forma, atualiza-se, no enunciado, um sujeito que *sabe, pode e quer fazer*, reiterado pelo encadeamento figurativo seguinte (*Ainda estive para lhe dizer que o meu retrato-robô vinha no Tal & Qual, achei melhor não*).

Se, no momento da interlocução entre os personagens, o contrato veridictório estabelecido entre eles estava regido pelo valor da mentira, observa-se, quando o sujeito assume seu saber e poder fazer, no nível da enunciação enunciada, ele atualiza no texto o regime do segredo – o sujeito quer *não parecer ser*. É por esse percurso que o texto pouco a pouco vai relevando a identidade desse sujeito, gerada partir da articulação dessas modalidades e pela cisão entre as dimensões pragmática e cognitiva. Isso intensifica, no enunciado, a tensão entre as instâncias do ser e do parecer.

Se, no início do texto, atualiza-se um *parecer/não-ser*, em sua progressão, vai sendo atualizado o regime da verdade acerca da identidade desse sujeito (*esta gente assusta-se por tudo e por nada*). Por definição, o demonstrativo *esta* tende a aproximar o objeto visado à instância de enunciação estabelecendo no enunciado o espaço do enunciador (*eu*) – em oposição ao espaço de enunciatário (*tu*). Assim, estabelece-se no enunciado uma isotopia figurativa que tematiza a identidade do sujeito (*Porto Brandão e esta gente*). Do ponto de vista sintático, a espacialização projeta no enunciado o espaço *eu*, o *aqui*, onde se manifesta essa isotopia – partilham esse mesmo espaço tanto o enunciador quanto a gente marcada pelo demonstrativo (*esta*) –, o que configura, pela marcação do espaço, um traço da identidade desse sujeito enunciador alinhando o ser e o parecer (verdade).

Tendo avaliado o programa de manipulação, o sujeito se atualiza em um novo fazer, em que visa dotar-se de um objeto modal – um poder – para então executar o plano acordado (*Vamos, mas é para casa trocar de equipamento, que aqui da cabina não dá jeito*).

Nota-se a projeção da primeira pessoa do plural – um *nós* – que pode ser entendido como a junção do eu que enuncia e do eu narrado, de modo que o primeiro é um sujeito do segredo, do saber e querer fazer e o segundo é o sujeito que vai desempenhar toda a ação. Isso gera, no texto, respectivamente, duas dimensões de subjetividade, uma cognitiva, que responde por Porto Brandão, e outra, pragmática, manifestada pela figura Abílio Alminha.

Dessa forma, tem-se uma subjetividade desdobrada de forma que se alternam as dimensões do pragmático e do cognitivo no texto. Essa alternância é acompanhada pelo marco espacial aqui (*aqui da cabina não dá jeito*). Pelo encadeamento figurativo, percebe-se o aqui da dimensão pragmática, onde o sujeito reconhece seu *não-poder-fazer*.

Em seguida, é projetado um novo aqui (*Alter ego aqui vou eu*), o qual estabelece um distanciamento entre a figura “alter ego” e o eu instalado no enunciado. Contudo, observa-se que esse aqui também se desdobra nas duas dimensões do discurso. Tendo em vista que o enunciado simula uma enunciação, a pessoa, o tempo e espaço se ordenam pelo eu-aqui-agora. Dessa forma, localiza-se nesse universo discursivo o ator Porto Brando, que figurativiza o sujeito dessa enunciação. Contudo, essa enunciação projeta a dimensão cognitiva desse sujeito, criando um aqui cognitivo, onde se verifica sua “verdadeira” identidade.

A partir desse ponto de vista, por meio de uma embreagem enunciativa, o sujeito enunciator subverte a posição do *lá* no *aqui*, aproximando com intensidade esse “alter ego” do *eu*. Isso, em termos de efeito de sentido, coloca as duas identidades sobre a pessoa eu que, ao desdobrar-se nas dimensões cognitiva e pragmática, assume tanto a identidade verdadeira de Porto Brando, quando sua máscara Abílio Alminha. Dessa forma, não se trata, no texto, de uma alternância, do ponto de vista desse narrador-personagem, mas de uma espécie de *concomitância espacial* dessas identidades.

Portanto, a identidade do sujeito se localiza nesse espaço “aqui” que congrega, pelo pronome “nós” implícito, os atores Abílio Alminha e Porto Brandão. Esse espaço cognitivo, por sua vez, é o lugar em que esse sujeito sabe do seu ego e do seu alter-ego e,

assim, por meio de maquinações desempenhadas em dizer, determina sua provável vítima e o seu programa narrativo do assassinato.

5. CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO

A partir das discussões aqui levantadas, pudemos demonstrar o alcance analítico das categorias espaciais tal como descritas pela semiótica. Inicialmente, verificamos com o levantamento de estudos da área acerca do espaço uma espécie de descrição da ambiência e dos valores nela empregados. Acreditamos, por outro lado, com as análises apresentadas que o espaço como categoria analítica do discurso pode ser convocado também para discutir temas, por exemplo, a foria, a aspectualidade e o efeito de subjetividade presentes nos textos.

Mostramos nesta pesquisa que os efeitos de localização e de programação espaciais constituem um elemento pertinente à análise discursiva não apenas para a atualização de programas narrativos, como a busca em *Cem anos de perdão* (LISPECTOR, 1998) e em *O quinze* (QUEIROZ, 1930/2011), mas também como via de acesso aos estados de alma identificados nas análises dos textos e de conteúdos que identificam a textualização de uma subjetividade.

Nessa direção, podemos afirmar que os estados de alma – construídos na malha do texto – são atualizados também no processo de espacialização, tanto do ponto de vista semântico quanto do sintático, de modo que eles podem ser analisados pelos encadeamentos figurativos espaciais investidos sobre uma espacialidade em texto pelas projeções das coordenadas geradas no quadrado *aqui-lá*, o que coloca a enunciação do espaço em um lugar pertinente para análise dessa ordem de conteúdo. Por sua vez, a relação que se pode estabelecer entre as figuras e as posições no espaço cria um efeito de aproximação/afastamento para um sujeito, o que se revela não apenas o aspecto inteligível do texto, mas também ressaltam matizes de sensibilidade sentidas por ele.

Por outro lado, a assunção de um ponto de vista também pode ser interpretada como um aspecto da subjetividade dita no discurso. Para nós, ela se constitui no texto como um efeito de sentido gerado no processo de discursivização, o que pode convocar as formas espaciais. A inscrição de um ponto de vista cria na malha discursiva a instância de um actante observador, que, como mostramos sobre tudo nas análises de *Os coxos dançam sozinhos* (PRATA, 2005) e de *O fio e as missangas* (COUTO, 2009), pode ser espacializado no processo de localização espacial. Portanto, a espacialização, além de alocar na topografia do discurso os seres e os objetos, estabelece no texto as posições agenciadas pelo observador, o que configura a assunção de um ponto de vista.

Aproximando-nos agora dos avanços mais recentes da semiótica, como a tensividade, mostramos como a espacialização cria no discurso um efeito de aspectualidade no texto pelos encadeamentos figurativos espaciais e pela localização na topografia do discurso, gerando efeitos de proximidade e de distância dos objetos acompanhados de modulações de afetividade. Isso pode ser interpretado como uma espécie de campo de presença espacializado na superfície do texto, como examinamos em *Tanto faz* (MORAES, 2011) em que o espaço se organiza conforme uma *hierarquia sensível*.

A espacialização, na medida em que se dá pelo ato enunciativo por um sujeito dotado de uma corporeidade sensível aos acontecimentos, pode criar um *espaço tensivo* que convoca as dimensões do sensível, onde são sentidos os picos e as quedas da intensidade, e do inteligível, que organiza as modulações de afetividade em uma dada espacialidade. Nesse espaço tensivo, verifica-se também uma sintaxe intensiva que dispõe ao longo do desenvolvimento discursivo os aumentos e diminuições de tal espacialidade.

Terminamos, então, esta pesquisa concluindo que a espacialização explora diferentes aspectos do aqui chamamos de subjetividade e contribui, junto às demais categorias, para sua construção no discurso. Essa construção pode ser examinada pelo aparelho formal apresentado pela semiótica discursiva convocando as formas espaciais, o que nos leva a concluir que a subjetividade discursiva perpassa por um processo de espacialização por meio operações enunciativas espaciais.

Por fim, acreditamos, na confiança desta pesquisa, que fornecemos uma amostra considerável – e não definitiva – dos procedimentos de espacialização e de como eles, pela análise dos textos, vão revelando uma subjetividade imanente ao discurso, o que abre espaço para que novos estudos explorem esses mesmos mecanismos em outros objetos de análise ou debatam com eles os desdobramentos – atuais e vindouros – da semiótica discursiva.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **O Guarani**. São Paulo: Paulus, 2005. 326 p.
- AMADO, Jorge. **Mar morto**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1986. 223 p.
- APOTHÉLOZ, Denis e CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- ASSIS, Machado de. **A carteira**. Domínio Público (<http://www.dominiopublico.gov.br>). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000169.pdf> (acesso em 30 de julho de 2018)
- ALDAMA, Juan Alonso. Semiotica del espacio y mediación. **Tópicos Del Seminario**. 2011, nº 24. Disponível em: < <http://goo.gl/ZyvhW2> > (acesso em 15 de julho de 2016).
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Editora Ática, 1990. 96 p.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. Maria da Glória Novak. 2. edição. Campinas: Pontes, 2006. 294p.
- BERTRAND, Denis. De la topique à la figuration spatiale. **Actes Sémiotiques**. 2009, 112. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/2532>> (acesso em 15 de julho de 2016).
- _____. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: Edusp, 2003. 444 p.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix 2006. 528 p.
- BOUDON, Pierre. Présentation du numéro. **Actes Sémiotiques**. 2008, nº 111. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/2917>> (acesso em 15 de julho de 2016).
- COUTO, MIA. **O fio das missangas: contos**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- CORTINA, Arnaldo. A paixão do ciúme: análise semiótica do discurso. **Alfa Revista de Linguística**. 2004, v. 48, nº 2. Disponível em: < <http://goo.gl/GEUwW8> > (acesso em 15 de julho de 2016).
- DIMAS, Antonio. **Espaço e romance**. São Paulo: Editora Ática, 1987. 77p.

DONDERO, Maria Giulia; FOSSALI, Pierluigi Basso. **Sémiotique de la photographie**. Limoges: Pulim, 2011. 407 p. (Visible).

FIORIN, José Luiz. Semiótica das paixões: o ressentimento. **Alfa Revista de Linguística**. 2007, v. 51, nº1. Disponível em: <<http://goo.gl/QBDEgQ>> (acesso em 15 de julho de 2016).

_____. **Elementos de análise do discurso**. 13ª edição. São Paulo: Contexto, 2014. 128 p.

_____. O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa. **Glossematics: database on Hjelmslev semiotics**. Disponível em: <<http://goo.gl/zf4sCN>> (acesso em 15 de julho de 2016).

_____. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, tempo e espaço. São Paulo: Editora Ática, 2017 318 p.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do Discurso**; trad. De Jean Cristtus Portela. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Les espaces subjectifs**: introduction à la sémiotique de l'observateur (discours, peinture, cinéma). 1ª edição. Paris: Hachette, 1989. 235 p.

GARY-PRIEUR, Marie-Noelle, NOAILLY, Michèle. Demonstrativos insólitos. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

GREIMAS, Algirdas Julian; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. Trad.: vários tradutores. 2ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. 543 p.

_____. **Sobre o sentido II**: ensaios semióticos. Trad. Dilson Ferreira da Cruz. 1ª edição. São Paulo: Edusp, 2014. 253 p.

_____; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões**: dos estados de coisa aos estados de alma. Trad. Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Editora Ática, 1993. 294 p.

_____. **Sobre o sentido**: ensaios semióticos. Trad. Ana Cristina Cruz Cezar [e outros]. Petrópolis: Vozes, 1975. 296 p.

HAMMAD, Manar. **Semiotizer l'espace**: essais sémiotiques. Paris: Pulim Geuthner, 1983.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1975. 147 p.

LAMIZET, Bernard. Semiotica del espacio y mediación. **Tópicos Del Seminario**. 2011, nº 24. Disponível em: <<http://goo.gl/D6ZFg4>> (acesso em 15 de julho de 2016).

LANDOWSKI, Eric. Regímenes de espacio. **Tópicos Del Seminario**. 2011, nº 24. Disponível em: <<http://goo.gl/VW8tF0>> (acesso em 15 de julho de 2016).

_____. **Interações arriscadas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014. 126 p.

_____. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, 2012. 232p.

LEITE, R. L. ; SARAIVA, J. A. B. . O Corpo e o observador na discursivização. *Acta Semiótica et Linguística* , v. 14, p. 139-154, 2009

LISPECTOR, Clarisse. **Felicidades Clandestina**: contos. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOPES, Edward. **A palavra e os dias**: ensaios sobre a teoria e a prática da literatura. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1993. 225 p.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2004. 528 p.

MORAES, Reinaldo. **Tanto faz e Abacaxi**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

NOLL, João Gilberto. **Máquina de ser**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

PANIER, Louis. Construction d'espace et régime de signification. **Actes Sémiotiques**. 2009, nº 112. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/2557>> (acesso em 15 de julho de 2016).

PONTES, Eunice. **Espaço e tempo na língua portuguesa**. Campinas: Pontes, 1992. 88 p.

PRATA, José. **Os coxos dançam sozinhos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. 92ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011. 157 p.

RÉNIER, Alain. Les espaces opérateurs de la sémiologie architecturale. **Actes Sémiotiques**. 2008, nº 111. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/2939>> (acesso em 15 de julho de 2016).

SARAIVA, J. A. B.; LEITE, R. L. Efeitos metafóricos e graus de presença da enunciação no enunciado. **Alfa: Revista de Linguística** (UNESP. Online). v. 57, p. 37-51, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izodoro Blickstein. 27ª edição. São Paulo: Cultrix, 2006. 279 p.

SÁ, Xico. **Big Jato**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 182 p.

SONESSON, Göran. Spaces of urbanity revisited: From the boulevard to the mobile phone network. **AcademiEdu.com**. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/5445523/Spaces_of_urbanity_revisited_Göran_Sonesson_From_the_boulevard_to_the_mobile_phone_network> (acesso em 23 de julho de 2018).

ZILBERBERG, Claude. **Elementos de semiótica tensiva**. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Bevidas. 1ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011. 304 p.

_____. Spatialité et affectivité. **Actes Sémiotiques**. 2010, n° 113. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/2528>> (acesso em 15 de julho de 2016).

_____. Contribution à la sémiotique de l'espace. **Actes Sémiotiques**. 2009, n° 112. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/2624>> (acesso em 15 de julho de 2016).